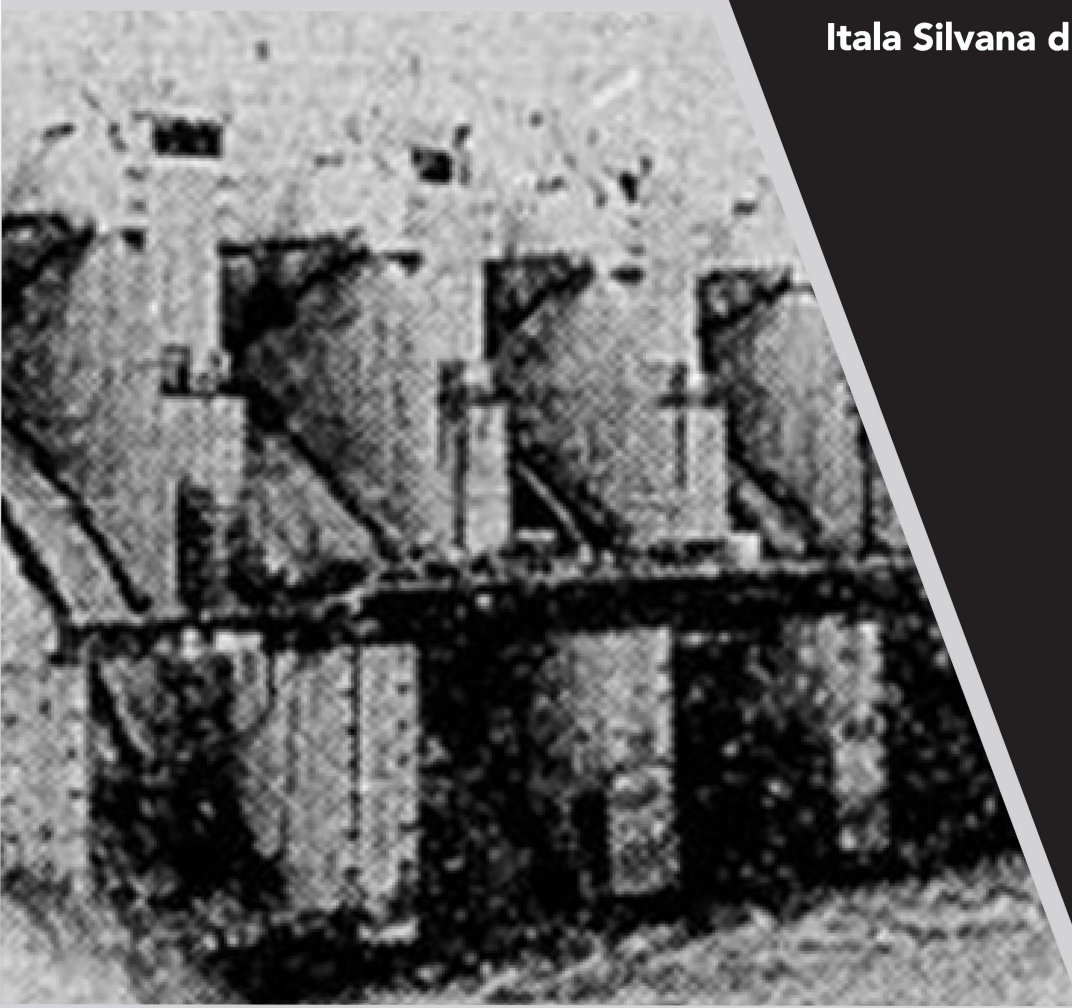


**Itala Silvana de Oliveira Paes Barreto**



**PENITENCIÁRIA  
ABERTA DO SERTÃO:  
entre a construção e a  
submersão (1970-1988)**



**Recife  
2022**

**Itala Silvana de Oliveira Paes Barreto**

**PENITENCIÁRIA  
ABERTA DO SERTÃO:**  
**entre a construção e a  
submersão (1970-1988)**

**Recife  
2022**

# FICHA TÉCNICA

Itala Silvana de Oliveira Paes Barreto  
**Autora**

Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar  
**Orientador**

Dan Gonçalves  
**Projeto gráfico e diagramação**

Conceição Rodrigues  
**Revisão ortográfica**

Prof. Me. Braz Pereira Alves Neto  
**Revisão acadêmica**

# FICHA CATALOGRÁFICA

P126p Paes Barreto, Itala Silvana de Oliveira

Penitenciária aberta do sertão : entre a construção e a submersão (1970-1988) / Itala Silvana de Oliveira Paes Barreto, 2022.

71 f. : il.

Originalmente apresentado como Relatório técnico de Mestrado Profissional em História

1. Floresta (PE) - História. 2. Prisões - Floresta (PE) - História. 3. Itaparica, Barragem de (PE) - História. I. Título.

CDU 981.34

Pollyanna Alves - CRB4/1002

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

1

### PANORAMA PRISIONAL PERNAMBUCANO

- 1.1 - A “obsolescência” do sistema prisional pernambucano na década de 1970
- 1.2 – Esferas de poder, legislações e reformas.
- 1.3 - Repercussões na capital e no interior

2

### A PENITENCIÁRIA DE FLORESTA

- 2.1 Floresta, Município estratégico
- 2.2. Um “modelo” de penitenciária
- 2.3 – Muito investimento, pouca duração

3

### POR ÁGUA ABAIXO

- 3.1- Barragens: símbolos de imponência e desenvolvimentismo
- 3.2 - Reações ao estabelecimento da Barragem de Itaparica
- 3.3 – E as águas “aprisionaram” uma penitenciária

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## GLOSSÁRIO

## REFERÊNCIAS

Fontes  
Sites, blogs e afins  
Jornais  
Revistas  
Iconografia  
Bibliografia

# INTRODUÇÃO

Esta cartilha é resultado de uma pesquisa histórica realizada no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Católica de Pernambuco (PPGH-UNICAP), que teve como objetivo principal analisar a idealização e a implementação da Penitenciária Aberta do Sertão (PE) e seu rápido desaparecimento por conta da construção da barragem de Itaparica, entre 1970 e 1988. Localizado na cidade de Floresta, sertão pernambucano, este aparelho prisional foi então visto e representado como "modelo", pois constituiu a primeira experiência de encarceramento em regime "aberto" do Brasil. Os apenados poderiam cumprir suas sentenças com menos rigidez, quanto ao confinamento, além de terem acesso a atividades profissionais remuneradas, principalmente nos campos agricultáveis e na pecuária.

A Penitenciária Aberta do Sertão teve sua construção autorizada pelo decreto 2.568, de 8 de março de 1971, mas as primeiras notícias sobre sua idealização se remontam ao ano anterior, quando o secretário José Paes de Andrade argumentava que o aparelho penitenciário do estado, obsoleto, não dava mais conta da demanda e das técnicas de encarceramento à luz dos novos postulados da chamada ciência penal.

As obras da penitenciária estiveram a todo vapor durante o biênio 1974/1975, vindo a serem concluídas em novembro deste último ano e inaugurada pelo governador do estado, Eraldo Gueiros, em março de 1975, com pompa e solenidade. Estiveram presentes várias pessoas importantes da administração do estado, governo federal e municipal. A nova penitenciária tinha lugar para 150 presos que poderiam cumprir suas penas, teoricamente, de maneira aberta, localizava-se próxima aos familiares dos detentos, e oferecia a possibilidade de trabalhar internamente.

Apesar de ter sido descrita e representada desde as primeiras notícias publicadas na imprensa pernambucana como uma instituição moderna, a penitenciária esteve

operativa apenas entre janeiro de 1975 e junho de 1987. O motivo dessa curta existência se deveu a um projeto de construção de uma barragem que cobriria uma grande extensão de terra, justamente no local onde a primeira penitenciária aberta brasileira havia sido levantada.

Não deixa de ser chocante observar que não foi outro, mas o mesmo governo que planejou a Penitenciária Aberta do Sertão que passou a defender a importância da nova obra em detrimento da primeira, em função do impacto que teria para o desenvolvimento econômico e social da região nordeste. O fato é que, ao ser levantada, a barragem de Itaparica, fonte de energia elétrica e irrigação, foi invadida pelas águas que encobriram parte do território que margeava o Rio São Francisco, incluindo plantações, praças, casas, e outras edificações, inclusive a Penitenciária Aberta do Sertão.

Para reconstruirmos parte dessa história e analisarmos as particularidades desse choque de projetos, dividimos a cartilha em três partes: na primeira, abordar-se-á tanto o sistema prisional pernambucano da década de 1970 como as propostas de reformas que apostavam na construção de novas penitenciárias no estado. Na segunda parte, analisaremos a materialidade do equipamento prisional construído em pleno sertão pernambucano, posteriormente perdido ao ser coberto pelas águas da barragem de Itaparica. Por último, na terceira parte, teceremos alguns comentários acerca do processo de submersão e de suas consequências para a região e para os planos de modernização dos estabelecimentos prisionais pernambucanos.

A história da Penitenciária Aberta do Sertão e as vidas dos homens infames que a habitaram durante o curto período de atividade se conecta, por outra parte, com a desdita de muitos ribeirinhos que ficaram não apenas sem moradias, mas também sem as terras de onde tiravam a sua subsistência, tudo em nome do "progresso".



Penitenciaría – fachada  
Fonte: JB, 13/03/1975, p. 32

**1**

**PANORAMA  
PRISIONAL  
PERNAMBUCANO**

## 1.1- A “obsolescência” do sistema prisional pernambucano na década de 1970

Na transição dos anos 1960 para os 1970, “precariedade” era um termo bastante utilizado pela imprensa para se referir às cadeias públicas. Em cidades do interior de Pernambuco, esta realidade chegou a ser atribuída sem rodeios ao descaso público: “Precaríssima [...] as administrações se sucedem e os velhos pardieiros a desafiá-las” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13/05/1970, p. 8). Denunciou-se tanto a decrepitude e a péssima conservação predial, que remontava muitas vezes ao século XIX, como a estrutura mesmo das construções que não supriam as necessidades de encarceramento de algumas localidades: “Cubículos, que servem ao mesmo tempo de dormitório, cozinha e sanitário, escuros e sem ventilação necessária [...] a alimentação é quase nada [...] sem a menor parcela de higiene proliferam as doenças [...]” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13/05/1970, p. 8).

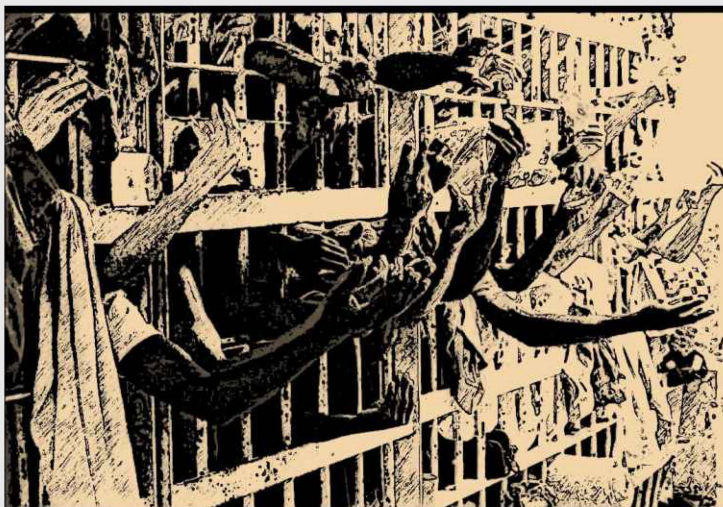


Imagem nº 1 - Celas - “cubículos”

Fonte: Marcelo Barreto, 2022.

Na imagem nº 1 o desenhista nos traz características de uma cela prisional: a expressão de braços para fora da grades para as mãos fazerem gestos indicando a superlotação. Uma rogativa para que se enxergasse corpos aprisionados pelas grades e esmagados por um sistema hostil.

A historiografia sobre as prisões no Brasil corrobora com a perpetuação de um quadro lastimoso do sistema penal em que os apenados ficavam por meses ou anos à espera de julgamento, sem falar do cumprimento propriamente dito da pena em prisões específicas, combinando fatores diversos e degradantes que não raro acabavam por comprometer a saúde e, em seu extremo, a própria vida dos indivíduos privados de liberdade.

As críticas ao sistema penitenciário, nunca saneadas em seu conjunto nacional, tomam novamente vulto em meados da década de 1970. A imprensa exprimia preocupações, por exemplo, acerca do pouco uso da “laborterapia”, proposta de

moralização e disciplinamento do preso que remontava ao século XIX (CESAR, 2021a; 2021b), baseada numa combinação entre estudo e trabalho a fim de evitar a ociosidade, "mãe de todos os vícios".

De fato, essa preocupação foi defendida pelo Promotor Altayr Venzon no V Congresso Nacional do Ministério Público, realizado na cidade do Recife em 1977. Venzon foi responsável por uma espécie de radiografia das penitenciárias brasileiras, detectando que "[...] com a população carcerária em torno de 30 mil pessoas, as condições de trabalho [...] são proporcionadas aproximadamente a 5 mil pessoas" (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09/10/1977, p. 4).

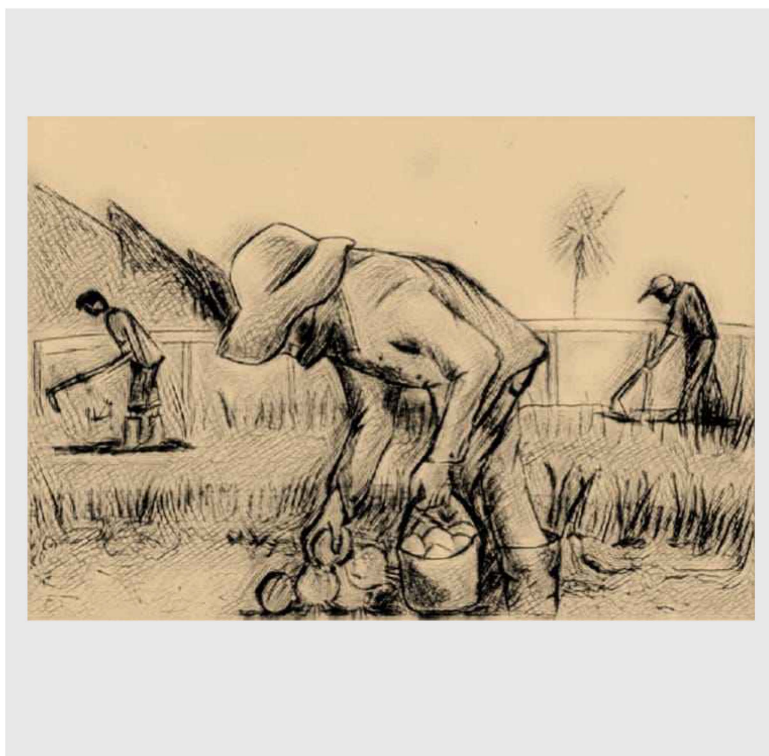


Imagem nº 2 –  
"Laborterapia"

Fonte: Marcelo Barreto, 2022.

Na imagem nº 2 retrata-se o tratamento laborterápico. O autor tenta reconstituir o projeto destinado à Penitenciária Aberta do Sertão, onde os internos tinham a possibilidade de cultivar lavouras, sobretudo de cebola, um dos vegetais-símbolo de Floresta, constando inclusive na bandeira e brasão do município.

Ainda para Venzon, o trabalho do preso deveria ser concebido como dever social e condição de dignidade humana, já que uma sexta parte dos apenados não estava podendo exercer esse direito, e ratificava:

Se em sua natureza jurídica o trabalho não é castigo, pena, retribuição, mas educação, se o trabalho deve exercer sobre o sentenciado ação educativa e se a realidade está a demonstrar que elevado percentual da população carcerária não recebe trabalho nem educação, há de se procurar uma forma de trabalho a mais [...] (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09/10/1977, p. 4).

Observe-se que a defesa do promotor focava na ociosidade como um mal, mas não apontava com o mesmo rigor as precariedades às quais os apenados eram submetidos. Nota-se, não obstante, como o discurso da "laborterapia" é ressignificado enquanto componente importante para a reestruturação e superação da obsolescência do sistema penitenciário, ao qual se somaria projetos de construção de novas plantas prisionais, como a de Floresta.

## 1.2– Esferas de poder, legislações e reformas

Convém destacar que entre os anos de 1964 e 1985, o país esteve sob uma ditadura civil-militar. Iniciada com um golpe, em 31 de março de 1964, o período autoritário seguiu uma política de centralização, conforme aponta Manuel Correia de Andrade (1997, p. 193). A princípio, o regime não tinha nenhum projeto montado e acabado, assim grupos conservadores, com apoio militar, temerosos acerca de mudanças sociais no país, trataram de denunciar a ameaça de "revolução comunista" e a necessidade de frear reformas que beneficiassem o povo e fizessem uma melhor distribuição de renda e uma política social. Conforme Andrade:

Durante os vinte anos do regime autoritário, foi feita uma política centralizadora com a reforma da Constituição de 1946, através de atos institucionais e, em seguida, em 1967, o Legislativo, sob coação, promulgou uma nova Constituição que seria reformulada para concentrar mais poderes nas mãos do Executivo, com a Emenda Constitucional nº 4 em 17 de outubro de 1969. (ANDRADE, 1997, p. 194).

Assim, o governo ditatorial, com supremacia do poder executivo federal, usufruindo de mecanismos de restrição dos direitos individuais dos cidadãos, encontrou nas prisões um instrumento de manutenção do sistema político. Como uma espécie de "demonstração de força", aventou-se inclusive uma revisão do sistema prisional

Para entendermos os caminhos que levaram à reformulação do "cárcere", em Pernambuco, é preciso atentar para como as esferas de poder dos âmbitos federais, estaduais e até municipais atuaram. É preciso observar, de maneira central, como a economia configura uma variável de análise importante, uma vez que grandes montantes de verbas foram ou seriam fundamentais para a construção das novas penitenciárias.

Em nível nacional, é importante lembrar que entre 1968 e 1973, o país passou pelo que convencionalmente se veio a chamar de "milagre econômico", em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).<sup>1</sup> "Uma característica notável do 'milagre' é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de níveis de exportações superiores aos de importações. (VELOSO; VILELLA; GIAMBIAGI, 2008, p. 222).

Segundo as historiadoras Schwarcz e Starling (2015, p. 453), o "milagre econômico" teve seu apogeu entre 1970 e 1972, e o aparente êxito da economia ajuda a entender, ao menos em parte, o porquê do presidente Médici ter alcançado certa popularidade, sendo até aplaudido, ao mesmo tempo que se vivia o pior período de repressão e violência política da história recente brasileira. O grau de controle coercitivo sobre a

---

1. Entenda-se aqui o PIB como soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo Brasil.

sociedade foi imenso e o dito "milagre" ajudou a fabricar uma base geradora de consentimento do regime junto à população. Peças de marketing promoviam a difusão de um Brasil "canteiro de obras", em muitos casos financiado por empréstimos do exterior.

Importante acrescentar que para respaldar legalmente essas obras da área de segurança foi previamente elaborado um estudo encomendado pelo Ministério da Justiça, que culminou com o Regulamento Penitenciário de Pernambuco, sob a governança de Nilo Coelho, a partir do decreto-lei nº 299, de 19 de maio de 1970.<sup>2</sup> A legislação organizada por especialistas em direito penal e ciências afins foi noticiada como basilar para a elevação do estado ao patamar de o "[...] mais avançado do Brasil, colocando-se [...] à frente da Lei Federal n. 3274/57 que instituiu as normas gerais do regime penitenciário." (DIARIO DE PERNAMBUCO, 28/09/1971, p. 12).

## Sistema penitenciário de Pernambuco é exemplar

Imagem nº 3- Detalhe dos titulares sobre o sistema penitenciário pernambucano

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 28/09/1971, p. 12.

Quanto à questão hierárquica do sistema prisional, chamamos a atenção às funções destinadas ao "Departamento de Produção" (vide organograma nº 01), visto que o mesmo deveria promover junto aos estabelecimentos penais atividades industriais, artesanais e agropecuárias, objetivando o aproveitamento e o aperfeiçoamento da mão-de-obra carcerária.

Tal departamento ainda teria autonomia administrativa e financeira, assegurada pela instalação e gerência de oficinas; seções industriais; campos de cultivo; criação de usinas de beneficiamento junto aos estabelecimentos penais, bem como de outros tipos de unidades produtivas adequados à sua natureza e ecologia. Essa conjunção de fatores administrativo-financeiros refletiria mais tarde na construção de novos presídios, a exemplo do equipamento que seria implementado em Floresta, baseado no modelo da laborterapia.

---

2. O texto legislativo que passou a organizar o Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco, dentre outras providências, encontra-se acessível em: Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=8427&tipo=TEXTTOATUALIZADO>. Acesso em: 20 ago. 2021.

## Organograma nº 1 – Sistema Penitenciário de Pernambuco (1970)



Ainda no âmbito das legislações e de renovações ao qual o sistema prisional brasileiro passava, o Presidente Médici encaminhou ao Congresso Nacional, um projeto, alterando artigos, que compunha o novo Código Penal, criado pelo Decreto-Lei 1004, de 21 de outubro de 1969, promulgado em 1º de janeiro de 1974, visando substituir o vigente, criado pelo Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Porém, sua vigência foi revogada pela Lei 6.578, de 11 de outubro de 1978. A Lei 6.416 de 24 de maio de 1977 criou a prisão albergue, tipo de sentença onde o condenado, por razão de bom comportamento, poderia trabalhar e estudar fora do estabelecimento penal, devendo retornar à noite para o local destinado ao cumprimento de sua pena. Essas modificações impactaram diretamente nas penitenciárias brasileiras em geral, e na pernambucana em particular, como é possível presumir por meio da imprensa coeva: "[...] A prisão Albergue importa na concessão do favor de poder trabalhar fora da prisão, durante o dia, com obrigatório recolhimento ao presídio", publicou o Jornal do Brasil, em 23 de agosto de 1973, por colocar um único exemplo (JORNAL DO BRASIL, 23/08/1973, p. 20).

## Médici propõe alteração do Código Penal

Imagem nº 4: Detalhe de notícias sobre as alterações na legislação penal

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 23/08/1973, p. 20.

Josevane da Silva (2020 p. 39-40) ao analisar as reformas do sistema penitenciário pernambucano que possibilitaram a transformação da Casa de Detenção em um equipamento de arte e cultura do estado, salientou a proximidade entre o Presidente Médici e o Governador Eraldo Gueiros, ambos partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Tal proximidade pode ter favorecido as negociações do Programa de Ações Coordenadas de Pernambuco, incluindo a construção de penitenciárias agrícolas. Ainda segundo o autor, foi um levantamento realizado pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado, durante o governo Gueiros, que se comprovou a necessidade de se tomar medidas estruturais quanto à criação de novas unidades prisionais na Região Metropolitana do Recife e no interior do estado.

Conforme uma matéria publicada na revista O Cruzeiro, de 15 de novembro de 1972, boa parte das verbas obtidas por Eraldo Gueiros para os referidos fins, proveio de um empréstimo de 10 milhões de dólares tomado através do Banco de Boston:

O governador Eraldo Gueiros [...] não mede esforços, se empenhando, pertinazmente, em favor das metas que se propõe atingir. A execução do programa de ação coordenada, ou pelo menos grande parte dele, está assegurada mediante o empréstimo de 10 milhões de dólares que se vem de efetivar através do Banco de Boston. Deste montante, uma parcela destina-se à aplicação imediata nas metas prioritárias estabelecidas e que abrangem transportes, comunicação, energia, habitação, saneamento, saúde, educação, agropecuária, indústria, comércio e segurança [...]. (O CRUZEIRO, 15/11/1972, p. 50, grifo nosso).

É importante salientar, para não parecer um logro político fruto apenas das gestões de Gueiros, que o projeto reformista gozava evidentemente do apoio dos militares e de outras figuras políticas do Estado, segundo a descrição de Paulo Cavalcanti. Conforme o autor, à época de Eraldo Gueiros, havia uma

[...] sucessividade de mandatos e de "eleições" de opereta, os governadores posavam de Chefe do Executivo para uso Externo, enquanto as Forças Armadas, ocultas, deitavam a orientação a seguir. Compraziam-se os governadores eleitos" em nomear parentes e afilhados para os polpudos cargos públicos, em aplicar uma política de nepotismo a todo transe, fruindo os anos do mandato com esperteza singular. No mais, ou seja, no geral da administração, eram os coronéis, que, na surdina, distribuíam entre si as esferas de influência no sentido de pautar os destinos do Estado, ou os passos dos governadores e seus secretários pelas normas do Sistema, como que, de longe pelos cordéis, manipulassem os trejeitos do fantoche. Na verdade, os governadores não passavam de meros hasteadores de bandeira, comparecendo, com rigor cronométrico, às solenidades militares, perfilados física e moralmente diante das "forças ocultas" do Regime. (CAVALCANTI, 1980, p. 280-281, grifo nosso).

Como sabido, essa visão de governador subserviente ao governo federal, indicada por Cavalcanti, também era percebida por outros atores sociais. Segundo Andrade (1997, p. 194), os estados perderam suas autonomias, os governadores passaram a ser eleitos de forma indireta, pelas assembleias legislativas, após indicados pela cúpula que exercia o poder, atuando como "meros prepostos do Governo Federal".

Identifica-se, portanto, um nexu entre a reportagem da revista *O Cruzeiro*, o depoimento de Cavalcanti, e a argumentação de Andrade, especialmente quanto à política de redistribuição de ordens, cargos e orçamentos para a consecução das obras de grande vulto. No quadro nº 1 é possível observar, além da sucessão dos presidentes à frente do governo federal, o movimento dos governadores e prefeitos de Recife e Floresta durante os anos que compreendem o recorte temporal desse trabalho (1970-1988). Salta à vista, no caso de Floresta, a manutenção no cargo, durante todo esse período de membros de apenas duas famílias.

### Quadro nº 1 – Lista de presidentes, governadores e prefeitos entre 1970 e 1988

FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
BRASIL	PERNAMBUCO	RECIFE	FLORESTA
PRESIDENTE / MANDATO	GOVERNADOR / MANDATO	PREFEITO / MANDATO	PREFEITO / MANDATO
Emílio Médici (1969-1974)	Nilo Coelho (1967-1971)	Geraldo de Magalhães Melo (1969-1971)	Luiz Novaes (1970-1973)
Ernesto Geisel (1974-1979)	Eraldo Gueiros (1971-1975)	Augusto Lucena (1971-1975)	Flávio Novaes (1974-1977)
João Figueiredo (1979-1985)	Francisco Moura Cavalcanti (1975-1979)	Antônio Farias (1975-1979) Gustavo Krause (1979-1982)	Joaquim Ferraz (1978-1983)
Tancredo Neves (1985-1985)	Marco Maciel (1979-1982)	Jorge Cavalcanti (1982-1983)	Afonso Ferraz (1978-1989)
José Sarney (1985-1990)	José Muniz Ramos (1982-1983)	Joaquim Francisco Cavalcanti (1983-1985)	
	Roberto Magalhães (1983-1986)	Jarbas Vasconcelos (1986-1988)	
	Gustavo Krause (1986-1987)		
	Miguel Arraes (1987-1990)		

## 1.3- Repercussões na capital e no interior

Como era de se esperar, a obtenção de recursos para as obras do estado foi muito bem recebida. Da capital pernambucana, o prefeito Augusto Lucena saudou ao governador Eraldo Gueiros pelo empréstimo tomado junto ao Banco de Boston, alegando que os recursos "[...] propiciarão o atendimento das justas reivindicações que dizem respeito ao progresso social e econômico do estado" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28/09/1972, p. 5).

Assim como o prefeito do Recife acenou positivamente para as transformações que se idealizavam a partir do Palácio de Governo, também políticos interioranos como Luiz Novaes, então prefeito de Floresta, ansiavam pela chegada de verbas. Vale lembrar que o Ministério das Minas, Energia e Interior realizava então uma pesquisa para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco que mais tarde viria a ser coordenado pela Codevasf.

### CODEVASF

A CDR, inaugurada inconclusa em 1855, foi considerada uma joia arquitetônica da modernidade prisional brasileira, e desde muito cedo transformada literalmente em um dos cartões postais da cidade. Alcançado os anos 1970, e apresentando um funcionamento precário, em boa medida decorrente de uma longa superlotação, somado aos interesses pelo local onde se localizava, acabou sendo fechada em 1973. Como relatou o DIÁRIO DE PERNAMBUCO:

Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geraldo-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/evolucao-da-divisao-territorial-codevasf.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

De posse dessas verbas, Gueiros começou a traçar estratégias para a readequação do sistema prisional do estado, afirmando que antes do término de seu mandato, desocuparia a antiga Casa de Detenção do Recife (CDR), símbolo de um encarceramento obsoleto. De fato, em 15 de março de 1973, a mesma fora fechada. O antigo edifício construído para albergar no máximo trezentas pessoas, chegou a acomodar mil e duzentas, impondo aos presos, a raiz da superlotação consequente, umas condições deploráveis de sobrevivência. Os detentos remanescentes das celas da Detenção acabaram sendo transferidos para outras penitenciárias da Região Metropolitana do Recife, como a de Barreto Campelo e a Agrícola de Itamaracá. (SILVA, Josevane, 2020, p. 40-43).

## Encerramento das atividades prisionais da Casa de Detenção do Recife

A CDR, inaugurada inconclusa em 1855, foi considerada uma joia arquitetônica da modernidade prisional brasileira, e desde muito cedo transformada literalmente em um dos cartões postais da cidade. Alcançado os anos 1970, e apresentando um funcionamento precário, em boa medida decorrente de uma longa superlotação, somado aos interesses pelo local onde se localizava, acabou sendo fechada em 1973. Como relatou o Diário de Pernambuco:

[...] O governador [...] Considerando as notórias condições de obsolescência funcional da secular Casa de Detenção do Recife; [...] Considerando a necessidade do fundamental respeito à dignidade do homem, não sendo possível, conseqüentemente, admitir regimes carcerários incompatíveis com os inalienáveis direitos inerentes à personalidade humana, Decreta: Art. 1º fica extinta a Casa de Detenção do Recife, como órgão setorial do Sistema Penitenciário do Estado. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/03/1973, p. 9, grifo nosso).

Simbolicamente, em nosso entendimento, a extinção da CDR foi um marco na reestruturação do sistema prisional pernambucano.

Imagem nº 5 – Detalhe da fachada da Casa de Detenção no início do século XX.

Fonte: Villa Digital / FUNDAJ, 2020



A partir do Programa de Ação Coordenada, o interior de Pernambuco receberia duas penitenciárias, uma a ser construída no sertão (Floresta), iniciada em 1972, e outra no agreste (Canhotinho), principiada em 1973, com 170 hectares e com capacidade para 200 presos. Na imprensa circulavam informações de que tais iniciativas visavam “abolir o nocivo costume de os detentos serem transferidos de todo o interior, para cumprir penas graves no Recife” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 19/08/1973, p. 32).



Imagem nº 6 -  
Expansão  
penitenciária no  
agreste

Fonte: DIARIO DE  
PERNAMBUCO,  
19/08/1973, p. 32

A penitenciária de Floresta, com suas estratégias de implementação, bem como sua curta duração será abordada no capítulo seguinte.

**2**

# **A PENITENCIÁRIA DE FLORESTA**

## 2.1 Floresta, Município estratégico

"Salve! Ó terra dos Altos Coqueiros!" (Oscar Brandão)  
"Terra dos Tamarindos" (Epíteto popular)

Floresta é um município com uma área de 3.674,0 Km<sup>2</sup>, localizado na Mesorregião do São Francisco Pernambucano e na Microrregião de Itaparica, limitando-se ao Norte com Serra Talhada, Betânia e Custódia, ao sul com Inajá, Tacaratu, Petrolândia e o estado da Bahia, e a Leste com Ibimirim e a Oeste com Carnaubeira da Penha e Itacuruba (IBGE, 2022, [s.p.]).

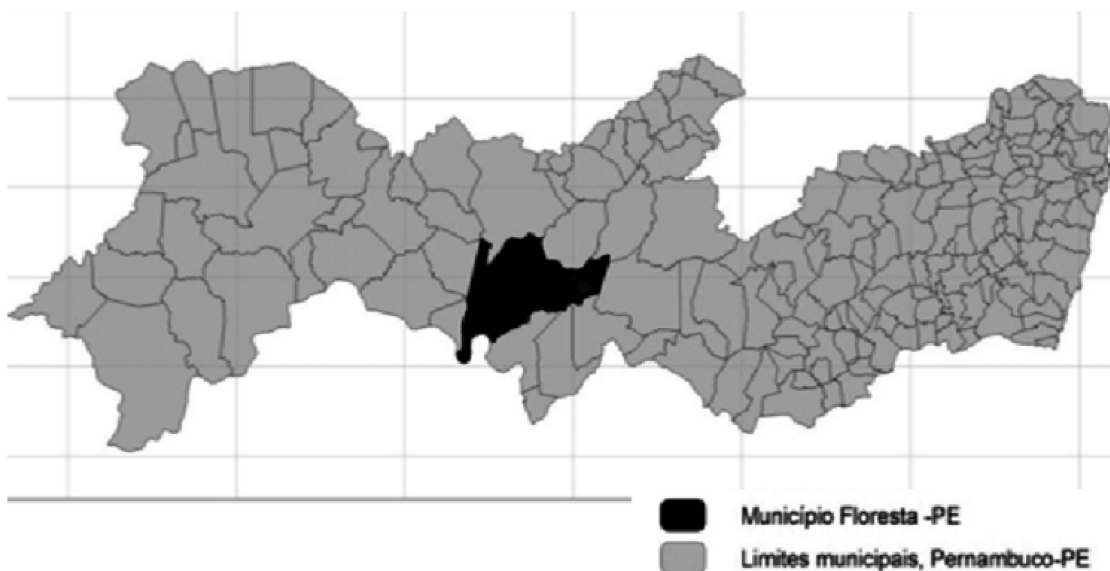


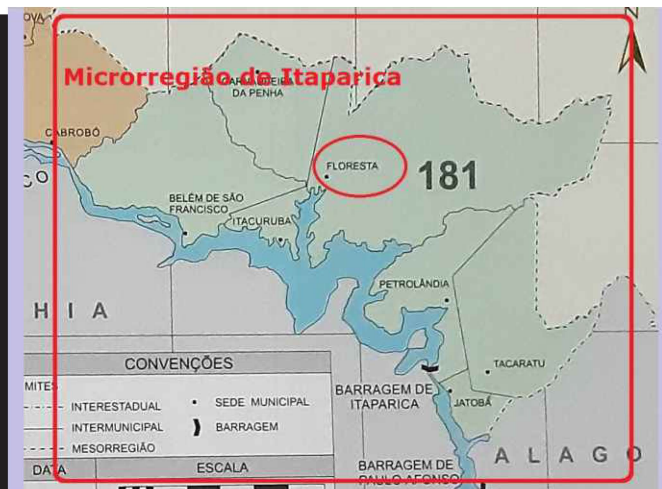
Imagem nº 7: Localização do Município de Floresta

Fonte: Fonte: Loureiro, G.H. et al, 2016, p. 865. Adaptado



Imagem nº 8 : Mapa da Mesorregião do São Francisco Pernambucano / Microrregião de Itaparica (Detalhe)

Fonte: CONDEPE/ IBGE, 1996. In: Andrade, 2003, p. 15. Adaptado



As imagens nº 7 e nº 8 nos dão uma dimensão espacial da localização de Floresta a partir dos limites de Pernambuco, destacando a Microrregião de Itaparica, pertencente a mesorregião do São Francisco. Salientamos que é uma cartografia contemporânea, que visa situar o município de maneira panorâmica, incluindo sua relação simbiótica com o rio São Francisco.

O nome "Floresta" pode nos remeter a um local de vegetação cerrada, de árvores de grande porte, ou a bosque, mata, selva. Mas em sentido oposto ao pensamento do senso-comum, o município está inserido no bioma da Caatinga, mais precisamente da Caatinga Hiperxerófila, cujas espécies vegetais comportam arbustos e vegetações rasteiras como a macambira, xiquexique e caroá. (ANDRADE, 2003, p. 61).

Afora as espécies nativas, uma árvore exótica é culturalmente conhecida como símbolo do município: o tamarindeiro. Apesar do hino estadual apontar Pernambuco como "a Terra dos altos coqueiros", em Floresta, são os pés de tamarindo que representam a identidade local. Convém destacar que Floresta foi o primeiro município desmembrado de Flores, e, para tanto procurou-se uma designação que lhe guardasse semelhança "Flores(ta)" (FERRAZ, 1999, p. 42).



Imagem n° 9: A imagem n° 9 é uma reconstituição em bico de pena do trecho principal do município

Fonte: Desenho de Leonardo Gominho, 1988. In : Ferraz, 1999, p. 56.



Imagem n°10: Vista parcial do município (1925)

Fonte: Domínio público. In: Mendes, 2022, [s.p.].

A imagem nº 9 é uma reconstituição em bico de pena do trecho principal do município de Floresta em 1905. Note-se que além de igreja e do casario, destacam-se duas fileiras de tamarindos recém plantados. Ferraz (2003, p. 57) aponta que em 1907 foi fundada a Sociedade Progressiva, ano em que a vila fora elevada a cidade. Na imagem nº 10, observa-se a evolução do crescimento dos tamarindeiros, duas décadas após sua plantação. Além do embelezamento paisagístico, seus frutos foram incorporados à gastronomia (doces, licores...), apreciados tanto pela comunidade quanto por visitantes, fazendo às vezes de “lembranças” (souvenires), sem falar que estão estampados na bandeira e gozam de data própria no município (26 de junho).

Segundo o historiador e geógrafo Manuel Correia de Andrade (1999, p. 10, prefácio), o desenvolvimento econômico a partir da pecuária de corte, conformando redes políticas, culturais e sociais fortes, somadas à ação da Igreja Católica, com a implantação de um bispado, colocou Floresta como um centro urbano de grande influência no Vale do Pajeú.

Tal importância perdurou durante o período republicano, visto que por sua posição estratégica no sertão, o município acabou se destacando junto ao GOVERNO DO ESTADO no combate ao cangaço:

A década de 1920 foi um período marcado pela forte presença e atuação de Lampião e seu bando de cangaceiros. Assim, para combater o cangaço nesta região, em 1928, o Governo do Estado de Pernambuco decidiu instalar em Floresta um Batalhão de Polícia. Para isso, adquiriu o prédio para abrigar o 3º Batalhão da Força Pública de Pernambuco. Ainda em 1928, em novembro, o prédio já recebia o grupamento do 3º Batalhão da Força Pública. Por dois anos, foi o centro de comando para as operações de combate a Lampião e seus cangaceiros e tornou-se símbolo do combate ao cangaceirismo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA, 2022, [s.p.]).



Imagem nº11: Vista atual do prédio que albergou o Batalhão da Força pública

Fonte: Prefeitura Municipal de Floresta / Acervo do Portal de Turismo e Cultura, 2022

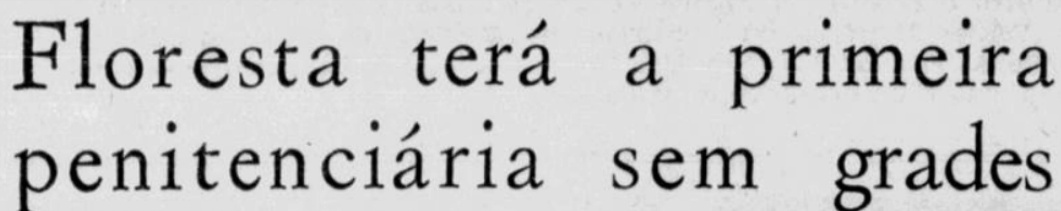
Na imagem nº 11, podemos contemplar o prédio do Batalhão. Presencialmente, é possível ler ainda a inscrição "Força Pública", gravada no frontispício da edificação. Apesar da visível falta de esmero quanto à sua conservação, há uma placa do Governo de Pernambuco devido ao "[...]significativo valor histórico, cultural e arquitetônico", motivo pelo qual foi tombado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, em 2017, tornando-se o primeiro e único bem tombado em Floresta. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA, 2022, [s.p.]).

Foi nos anos 1970, quando a prefeitura esteve sob o domínio das famílias Novaes e Ferraz, que a bandeira e hino de Floresta foram criados, sendo também desativado o antigo prédio do Batalhão da Força Pública, visando-se a aquisição de recursos para a sua preservação. Quiçá o simbolismo do Batalhão e os laços familiares e clientelares tenham servido para pleitear verbas para a região, tal como a lograda para a construção da Primeira Penitenciária Aberta do Sertão.

Acrescentemos que em 1978 instalou-se em Floresta, uma agência do Banco do Brasil, complementando o aparato bancário surgido em 1964, com a agência do Banco do Nordeste (FERRAZ, 1999, p. 74). Além dos novos projetos, outras mudanças na educação e na saúde também colocavam de manifesto a importância estratégica do município sertanejo para o projeto de interiorização do "Brasil Grande", divulgado pelo regime de exceção.

## 2.2 – Um “modelo” de Penitenciária

Conforme apontado anteriormente, o sistema prisional pernambucano passou por reformas na década de 1970. Nesse contexto de transformações, o município de Floresta desponta como lugar estrategicamente escolhido para sediar a primeira penitenciária sem grades do Brasil. O Diário de Pernambuco de 8 de outubro de 1972, em matéria de capa (veja-se imagem nº 12), elucida como foi a cerimônia de lançamento da sua pedra fundamental, no dia 6 de outubro daquele ano.



Floresta terá a primeira  
penitenciária sem grades

Imagem nº 12: As notícias enfatizavam o município de Floresta na vanguarda prisional

Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/10/1972, p. 12.

Conforme a matéria, se fizeram presentes o governador Eraldo Gueiros Leite, o juiz Antônio Luiz Lins de Barros e vários secretários de Estado, deputados estaduais e vereadores “daquela área” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/10/1972, p. 1).

Em tom propagandístico, a matéria ainda demonstra o esforço do governo em utilizar a mão de obra de duzentos trabalhadores locais desempregados, para serviços braçais de desmatamento, escavações, fabrico de tijolos e transporte de areia. Algumas palavras-chave foram usadas como subtítulos de seções para dar destaque e situar melhor o empreendimento, distribuídas na seguinte ordem: *como é, pioneirismo, problema social, união política, e vaidade pernambucana*.

Na seção *Como é* apresentava-se ao potencial leitor a localização de onde seria construída a penitenciária, incluindo a previsão de conclusão da obra, que, segundo a mesma, não ultrapassaria os seis meses, podendo estar pronta já em março de 1973. A continuação detalhava as características das instalações prisionais, divididas em onze blocos, entremeados por coqueiros, contando ainda com áreas de circulação, anfiteatro ao ar livre, setor para práticas esportivas, e cinco apartamentos para encontros conjugais. Nenhuma menção se fez ao projeto de Itaparica, reforçando-se apenas que o novo equipamento penitenciário permitiria “[...] a lavoura de subsistência e a pesca no Rio São Francisco, já contando com a energia elétrica de Paulo Afonso e estação de tratamento d’água canalizada do rio” (DIÁRIO DE

Em *Pioneirismo e Problema social*, as falas do Secretário de Interior e Justiça, José Paes de Andrade, apontavam para a resolução de problemas históricos que se perpetuavam devido à falta de instituições como a que se construiria no sertão pernambucano. Sublinhava o desrespeito à dignidade da pessoa humana e o chamado "desmoronamento" das famílias, visto que para acompanhar um "chefe/patriarca" sentenciado tinham que se deslocar inevitavelmente até Recife: "É meta deste Governo, em convênio com as Prefeituras dos municípios, dar ao homem que cumpre pena, condições de habitabilidade higiênica e confortável [...] sendo sertanejo virá para Floresta e mais facilmente receberá a visita de seus parentes[...]" (DIARIO DE PERNAMBUCO, 08/10/1972, p. 1).

Já nas seções *União política e Vaidade Pernambucana*, houve por parte do Governador Gueiros, a rogativa de unir os diversos políticos sertanejos, solicitando aos representantes das famílias Ferraz e Novaes, que deixassem a rivalidade de lado em prol do desenvolvimento de Floresta: "[...] são duas facções poderosas que os fazem responsáveis pelo progresso dessa grande área. [...] tenho-os junto a mim e aos nossos amigos comuns, numa solenidade de instalação de um marco, a primeira penitenciária aberta do Brasil [...]" (DIARIO DE PERNAMBUCO, 08/10/1972, p. 1).

Frisamos que essa reportagem foi bastante significativa para termos a dimensão das alianças locais, a reafirmação de Floresta como um município estratégico tanto no campo da demarcação geográfica quanto no poder do jogo político. O "povo", isto é, a parcela mais sacrificada da sociedade, aparece nela como agente a ser conduzido pelos seus representantes políticos, sem voz e opinião. Por outra parte, coube a esse povo, sob ordens de políticos, engenheiros e demais profissionais especializados, levantar "tijolo a tijolo" a penitenciária.

A despeito da promessa feita de que a penitenciária estaria concluída até março de 1973, isto não se deu tal como se presumia. Não obstante, as notícias davam conta do prosseguimento dos trabalhos, sendo a penitenciária inclusive visitada pelo Secretário Paes de Andrade no segundo semestre daquele ano, com novas previsões de finalização: "[...] O Secretário do Interior e Justiça [...] esteve em visita ao canteiro de obras da Penitenciária do Sertão, localizada no município de Floresta. O custo da construção está orçado em Cr\$ 1,5 milhão, devendo a obra ser inaugurada até o fim deste ano. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 14/08/1973, p. 1). Mas ao que tudo indica, o canteiro de obras acabou se prolongando por mais tempo do que inicialmente se esperava, já que não foi até novembro de 1974, quando o Governador Eraldo Gueiros, em pronunciamento nas redes de televisão, incluiu a conclusão da Penitenciária Aberta do Sertão (PAS) à lista das suas realizações. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/11/1974, p. 5). Não obstante, a PAS somente fora oficialmente inaugurada em março de 1975.

# Sertão tem agora a melhor penitenciária do Brasil

Inauguração marca época



*A nova penitenciária é a primeira do País no gênero. Orgulho do Sertão*

Imagem nº 13: Detalhe da reportagem sobre a inauguração da PAS

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/03/1975, p. 12, adaptado.

O Diário de Pernambuco reproduziu uma fotografia simples e de qualidade bastante questionável (veja-se a imagem nº 13) junto à reportagem de sua inauguração, contrastando certamente com o frisson da celebração vivenciada no município de Floresta, testemunhada por mais de cinco mil pessoas. Mas apesar disso, ressaltou-se que, enquanto o Governador Gueiros festejava a conquista sertaneja, o chefe do executivo de Recife, o prefeito Antônio Lucena, encontrava-se de viagem ao Rio de Janeiro para entregar ao ex-presidente Emílio Garrastazu Médici, a medalha do Mérito da Cidade do Recife, classe ouro, em reconhecimento pelo apoio do General em prol do desenvolvimento do Nordeste.

## A política pernambucana em consonância com o Regime Ditatorial

Na imagem abaixo vemos o então prefeito do Recife, Augusto Lucena, condecorando o ex-Presidente Médici, em seu apartamento em Copacabana. Destaca-se, justo atrás, o retrato oficial do general quando presidia a chefatura do executivo. No encontro, Lucena mencionou a importância de Médici na execução de projetos de integração nacional, ressaltando as verbas destinadas para o desenvolvimento de cidades pernambucanas via incentivos intermediados pelo Banco do Nordeste do Brasil. Vale acrescentar que esse foi o primeiro banco estabelecido no município de Floresta em 1964 (FERRAZ, 1999, p. 218).



Imagem nº Imagem nº 14: Médici sendo agraciado por Lucena

Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/03/1975, p. 5.

Projetos dessa envergadura não deviam passar despercebidos, nem tampouco estar sem publicidade, e tanto é assim que a penitenciária de Floresta ganhou divulgação nacional. Com efeito, a penitenciária foi objeto de uma reportagem especial divulgada no caderno B, do Jornal do Brasil (RJ), intitulada "Penitenciária do Sertão: a sentença cumprida em espaço aberto", redigida e assinada pela jornalista Letícia Lins, com fotografias de Natanael Gomes:



Imagem nº 15: Detalhe da matéria publicada pelo Jornal do Brasil em 1975

Fonte: Letícia Lins (1975) / JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32

A correspondente pernambucana do Jornal do Brasil teceu comentários minuciosos a respeito da realidade sertaneja onde a nova penitenciária fora inserida:

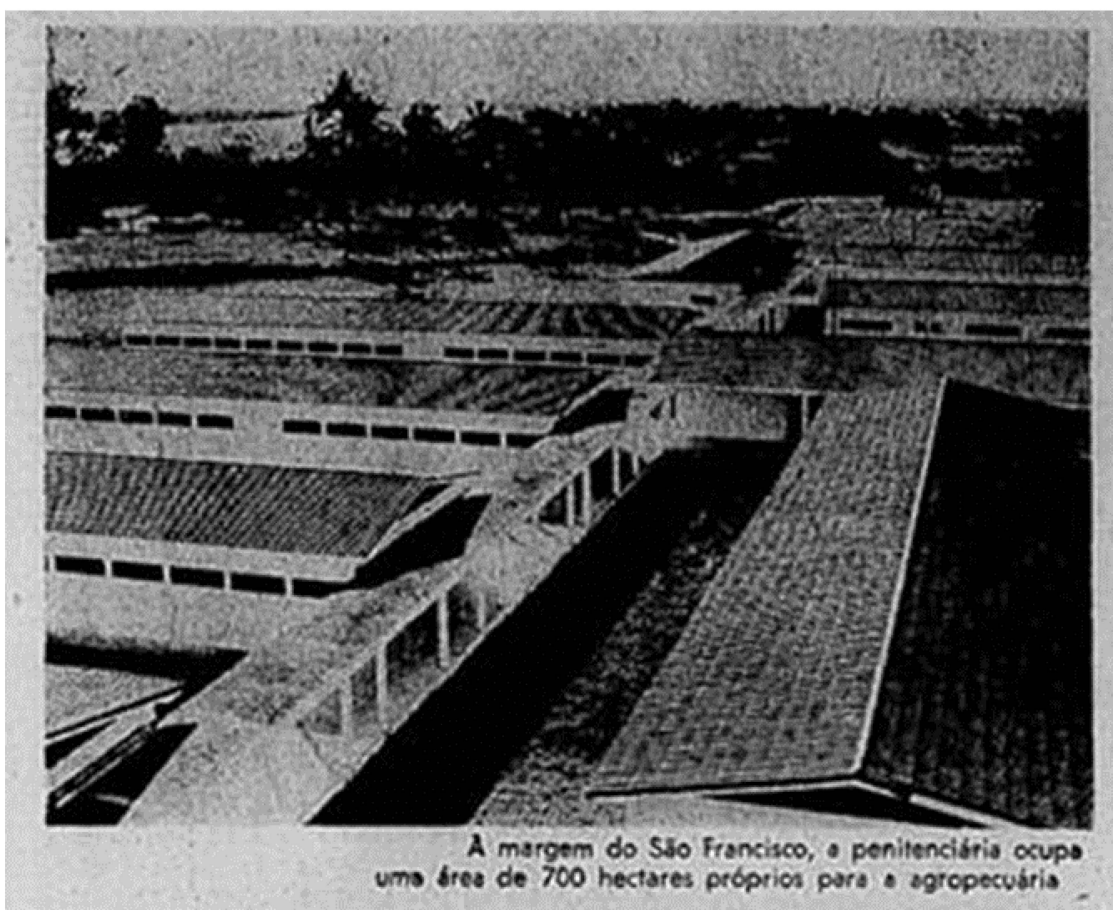
A Penitenciária do Sertão foi construída cientificamente para **atender a 50 municípios**, cuja população corresponde a 1 milhão de habitantes. Situada no Município de Floresta, tem capacidade para comportar 150 presidiários, fato justificado apenas pelas estatísticas, que dizem haver um índice de criminalidade na ordem de 10%. (LINS, 1975 In: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32, grifo nosso)<sub>3</sub>

O índice de criminalidade, segundo a autora, fora calculado de acordo com a população carcerária do estado, e apesar de algumas contestações sobre o cálculo, a penitenciária ainda apresentava um excedente de cinquenta vagas das cem exigidas em relação as necessidades mencionadas pelo percentual do eferido índice. Mesmo assim, a situação estratégica do aparato prisional é evidenciada:

A Penitenciária [...] fica a 30 quilômetros do núcleo urbano de Floresta, ao qual se liga por uma estrada carroçável. Esta estrada é cortada pelo riacho dos Navios (sic), seco durante a maior parte do ano, como a maioria dos rios sertanejos (só em tempo de inverno rigoroso os carros não passam). Localizada num terreno de 700 hectares, à margem do Rio São Francisco, onde é perfeitamente viável a prática da agricultura a nova penitenciária deverá ter autonomia financeira. A terapia ocupacional será desenvolvida através da agropecuária, apoiando-se mais na plantação de uvas devido a vizinhança de um bom mercado consumidor: a Cinzano [...] (LINS, 1975. In: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32).

3. Em contato recente com a jornalista Letícia Lins, nos foi atestado que por se tratar de uma reportagem antiga, de seus verdes anos profissionais, as lembranças sobre tais notícias foram esvaecendo.

A Cinzano, em questão, trata-se da fábrica de bebidas de origem italiana que, desde os anos 1950, vinha investindo no desenvolvimento da vinicultura no submédio do São Francisco (SILVA, 2018, p. 51). Além dessa fábrica, a penitenciária tinha próxima a si um campo de aviação, aparelhos de comunicação conjugados ao Departamento de Telecomunicações de Pernambuco e Polícia Militar.



A margem do São Francisco, a penitenciária ocupa uma área de 700 hectares próprios para a agropecuária

#### Imagem nº 16: Vista aérea da PAS

Fonte: Natanael Guedes (1975) JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32  
Na imagem nº 16 temos uma tomada aérea da Penitenciária, destacando-se os telhados de duas águas de prédios aparentemente amplos, horizontalizados, inseridos numa imensa região com campos cultiváveis, porém não muito nítidos pela pouca qualidade da reprodução fotográfica

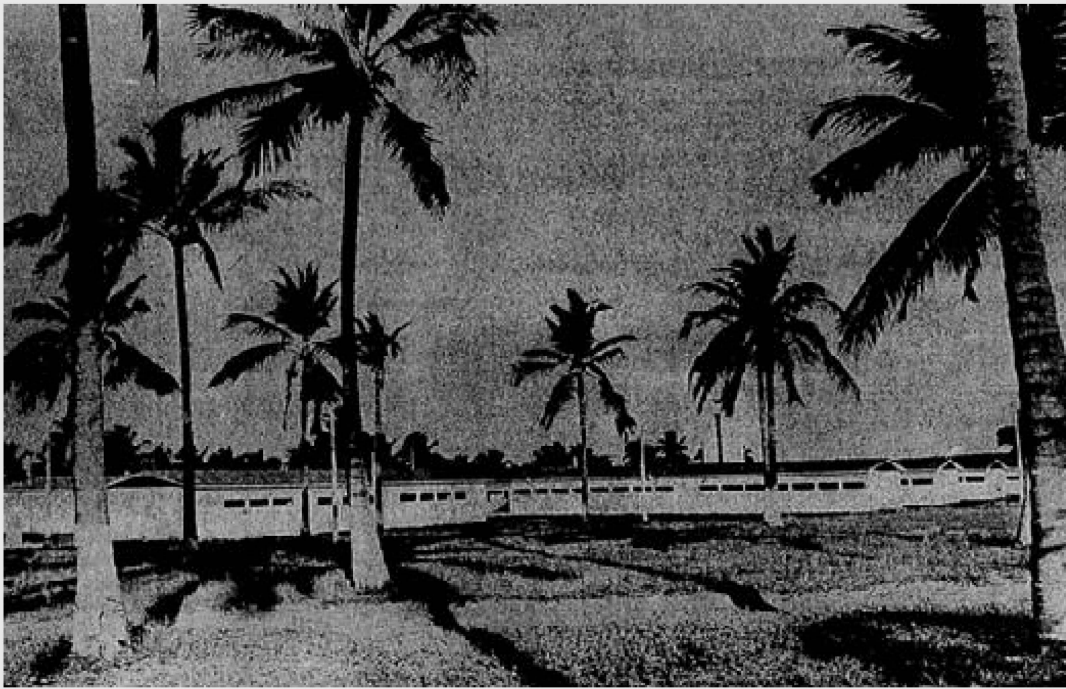


Imagem nº 17: Detalhe da fachada da PAS

Fonte: Natanael Guedes (1975) JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32

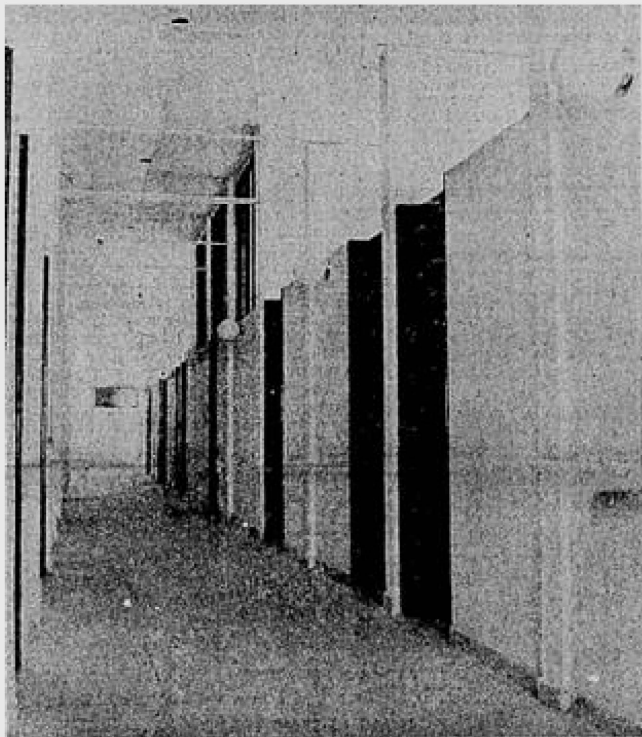


Imagem nº 18: Detalhe dos corredores e quartos da PAS

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32.

As imagens nº 17 e nº 18 retratam, respectivamente, a fachada da penitenciária, antecedida por coqueiros, e o que consideramos parte de um corredor com as entradas para as celas. São fotos publicitárias, onde se pode quase imaginar um oásis no meio do sertão, projetando uma imagem bastante diferente do que então como hoje se tem dos superlotados e decrépitos presídios. De fato essas imagens logram transmitir uma sensação de liberdade e tranquilidade, realidade distante das instituições de privação de liberdade. Em vez de celas, quartos arejados de meia parede, sem cadeado nas portas

Segundo Lins (JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32), o presídio ainda contava com auditório, alfaiataria, sala para pequenas cirurgias e exames laboratoriais, isolamento para casos de doença contagiosa, além de quartos para encontros conjugais. A repórter cita diálogos que teve com o assistente social Modestino Arruda Fontes e o ex-delegado de Floresta, sargento Euclides. O primeiro dizia ter boas expectativas em relação ao novo modelo penitenciário, enquanto que o segundo admitia não compartilhar do mesmo otimismo, pois acreditava que o tratamento mais flexível poderia, ao contrário do que se desejava evitar, induzir a criminalidade no sertão (veja-se a imagem nº 19).

**"Com esse tratamento, todo mundo vai querer ser criminoso aqui no sertão".**

Imagem nº 19: Destaque dado pelo periódico à opinião de um ex-delegado do município de Floresta acerca do modelo de penitenciária aberta

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32

A leitura feita da modernidade penitenciária pelo sargento Euclides, talvez fale muito do que muitos policiais e militares certamente compartilhavam Brasil afora, longe de ser uma peculiaridade pernambucana. No entanto, refletimos que se o depoimento não revela má fé por parte do ex-delegado, ao menos testemunha um descomunal desconhecimento do sistema idealizado para a PAS, pois, para ficar na nova penitenciária, o sentenciado para lá enviado deveria preencher alguns requisitos: "O detento deve ser primário [...] não ser qualificado como de alta periculosidade, ter família residente na região, ter tendência para a agropecuária e não cumprir pena superior a seis anos" (JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32).<sup>4</sup>

4, Em contato recente com a jornalista Letícia Lins, nos foi atestado que por se tratar de uma reportagem antiga, de seus verdes anos profissionais, as lembranças sobre tais notícias foram esvaecendo.

## 2.3 Muito investimento, pouca duração

Ao longo desta pesquisa, constatamos certa correspondência entre os dados oferecidos pela imprensa em relação a PAS, e o que encontramos na documentação oficial, o que, por outro lado, não nos surpreende em absoluto, se consideramos o controle que havia sobre os periódicos e de como eles reproduziam em boa medida apenas aquilo que os poderosos queriam que fosse publicitado.

Em todo caso, essas são as fontes que, bem tratadas, nos aproximam de maneira segura ao nosso objeto. Para começar, a área correspondente aos 703.620 hectares ocupados pela PAS, ficava situada na antiga Fazenda Ouro Branco, zona rural do município de Floresta, conforme se pode ver através da imagem nº 20. Os dados nela contidos são resultados de uma apuração da Companhia Hidroelétrica do São Francisco para verificar quais bens imóveis seriam inundados pela vastidão das águas da barragem de Itaparica. Perceba-se a amplitude das propriedades, incluindo a localização da Penitenciária do Sertão, destacada num círculo vermelho.

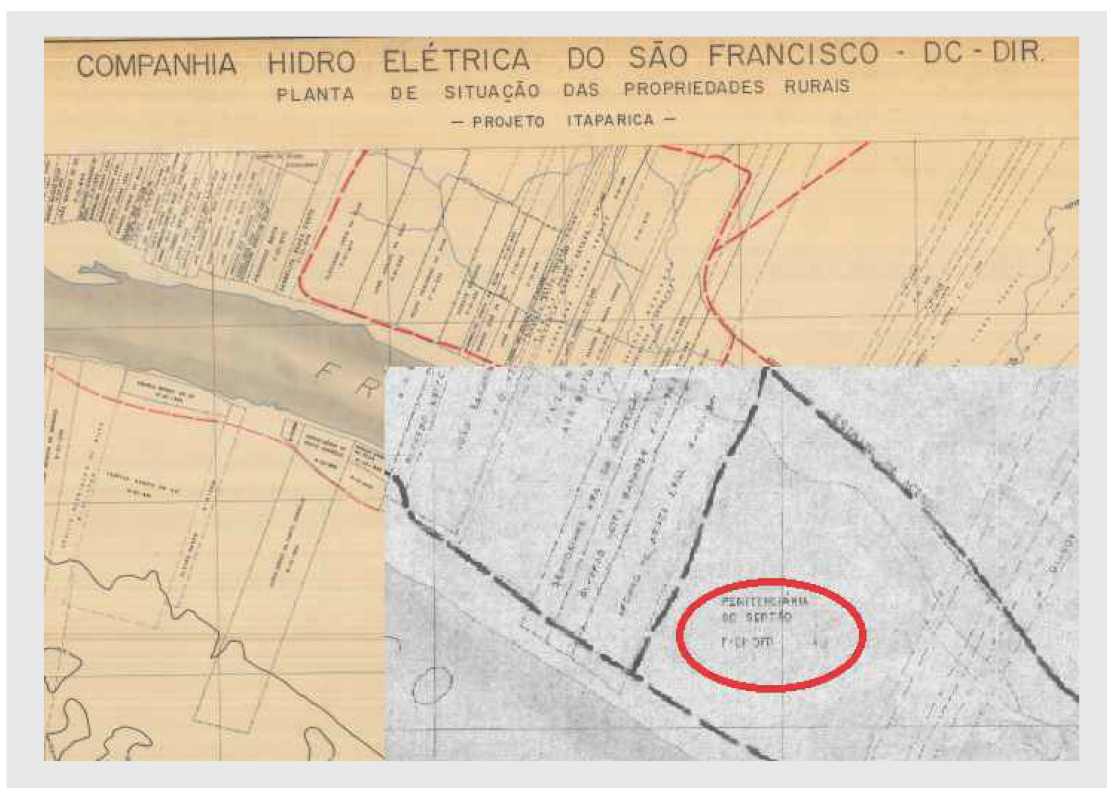


Imagem nº 20 – Planta de Situação das propriedades rurais do projeto Itaparica – Penitenciária do Sertão  
Fonte: Fonte: Chesf (s/d), (adaptado)

## PENITENCIÁRIA ABERTA DO SERTÃO:

Também é graças às informações extraídas dos documentos do Governo do Estado de Pernambuco que podemos hoje conhecer melhor as edificações levantadas na citada área, as quais subdividiam-se em cinco grandes blocos: a) *Prédio da Penitenciária*; b) *Residência do Diretor*; c) *Residências para policiais*; d) *Residência do Comandante*; e e) *Quartel da Polícia Militar*. Para maiores detalhes, vejamos o quadro a seguir:

### PENITENCIÁRIA DO SERTÃO

(FAZENDA OURO BRANCO, FLORESTA - PE)

EDIFICAÇÕES	DESCRIÇÕES
Prédio da Penitenciária	Construído de tijolos, cobertos de telhas, laje de concreto, piso de mosaico, contendo secretaria, alojamento militar, salas de prisões, salas de reuniões, refeitório, cozinha, almoxarifado, lavanderia, padaria, serviço médico, apartamentos, depósito, oficinas e corredores, instalações hidráulicas e elétricas embutidas, rebocadas, pintura em látex com massa corrida, portas de madeira pintadas a óleo, grades de ferro, paredes revestidas de azulejos, dois salões destinados a cozinha, refeitório, lavanderia, posto médico, banheiro e WC completos, área externa cimentada, perfazendo uma área de 2.982.60m quadrados.
Residência do Diretor	Casa construída numa área de terreno medindo 3.000,00 m quadrados.
Residência para policiais	I - com 39.98 m quadrados no lote 3, edificada num terreno de 192.00 m quadrados.; II- no lote 4, com 5.35 m quadrados. ; LII - numa área de 240.00 m quadrados. no lote 30 com 95.41 m quadrados..
Residência do Comandante	lotes 11 e 12, com 116.56 m quadrados..
Quartel da Polícia Militar	Situada nas quadras 09/122 e 09/123 lote único, com quatro blocos com área construída de 814.46 m quadrados em terreno de 8.320 m quadrados..

Quadro nº 2 – Edificações da Penitenciária Aberta do Sertão (PAS)

Fonte: Elaborado própria / Dados do GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1999.

A informações trazidas no quadro nº 2 estão contidas numa escritura pública de Desapropriação e Dação em Pagamento, celebrada entre o Estado de Pernambuco e a Chesf. Note-se que o caráter descritivo do documento privilegiou o "Prédio da penitenciária", que a nosso ver sobressai como um complexo, uma vez que incluía além das celas, atividades de automanutenção dos serviços prisionais, como a lavanderia e a padaria. Depois do complexo destinado aos detentos, a maior parte do equipamento prisional se destinava aos agentes da ordem e administradores do recinto: policiais, comandante, diretor.

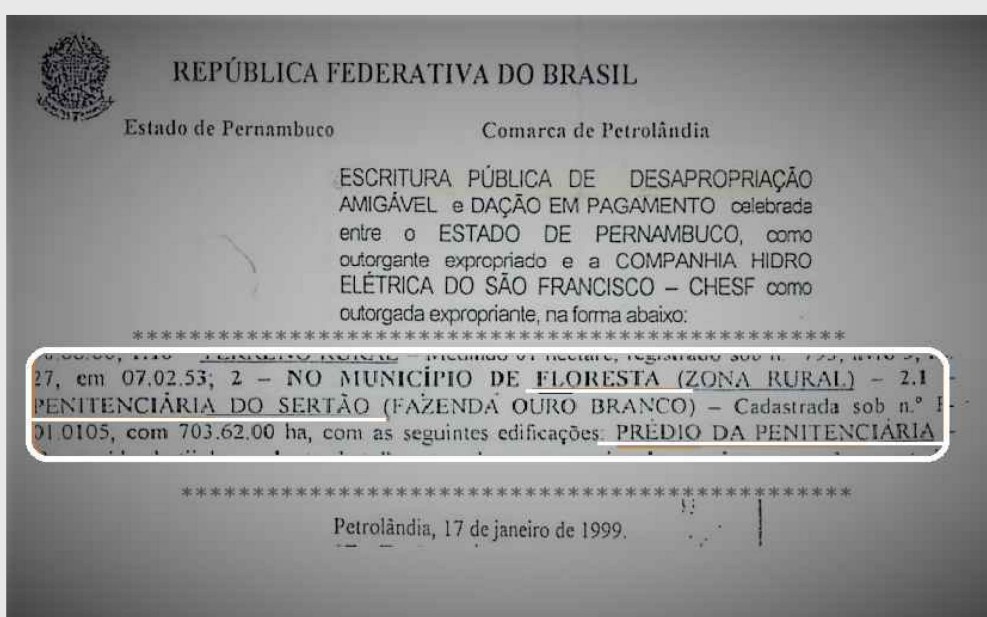


Imagem nº 21 – Trechos de Escritura Pública de desapropriação da Penitenciária

Fonte: Governo do estado de Pernambuco, 1999 / Acervo da Chesf, 2022. (adaptado)

Na imagem nº 22 se reproduz um trecho do documento de desapropriação amigável e dação dos bens imóveis da penitenciária, antes reclamados pela prefeitura de Floresta, oficialmente concedida ao Governo de Pernambuco, quase uma década após a inundação da penitenciária.

Outro conjunto documental de significativa relevância são as fotografias consultadas no acervo da Chesf sobre o "Projeto Itaparica", fotografias que parecem ter composto, inicialmente, uma espécie de dossiê ou levantamento de informações sobre o complexo prisional, e que hoje nos permitem visualizar com mais nitidez os detalhes de algumas das suas principais edificações.

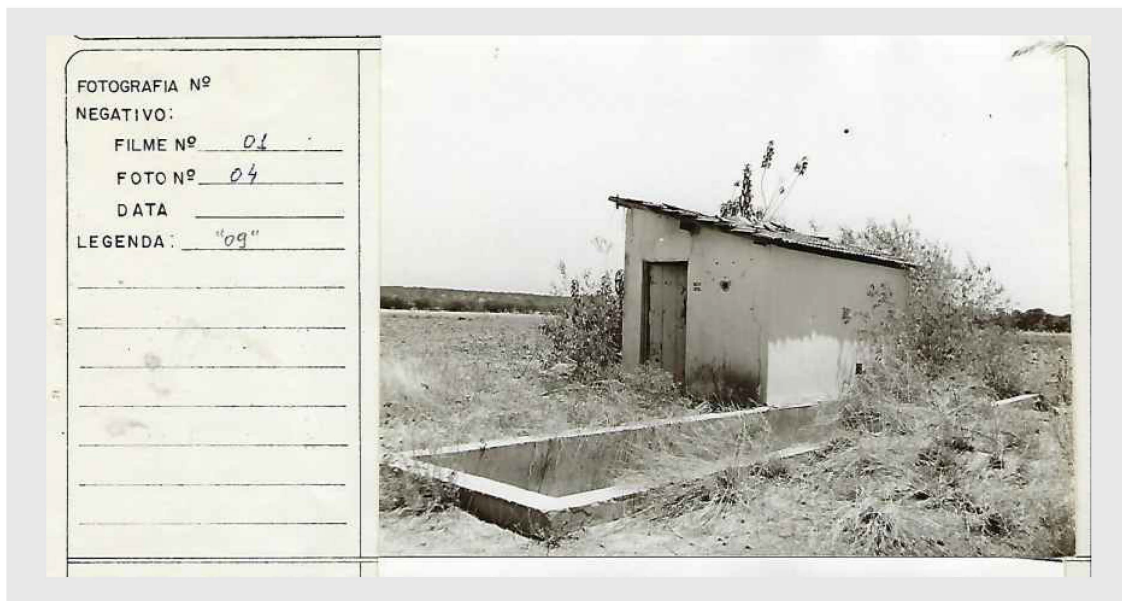


Imagem nº 22 – “Almoxarifado 1”

Fonte: Chesf [década de 1980]

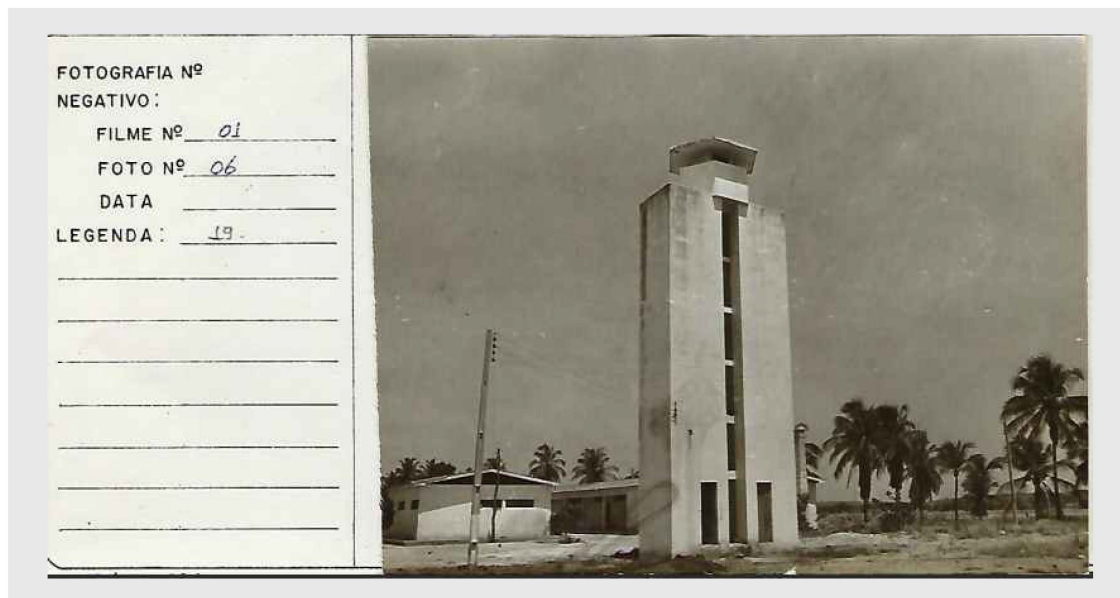
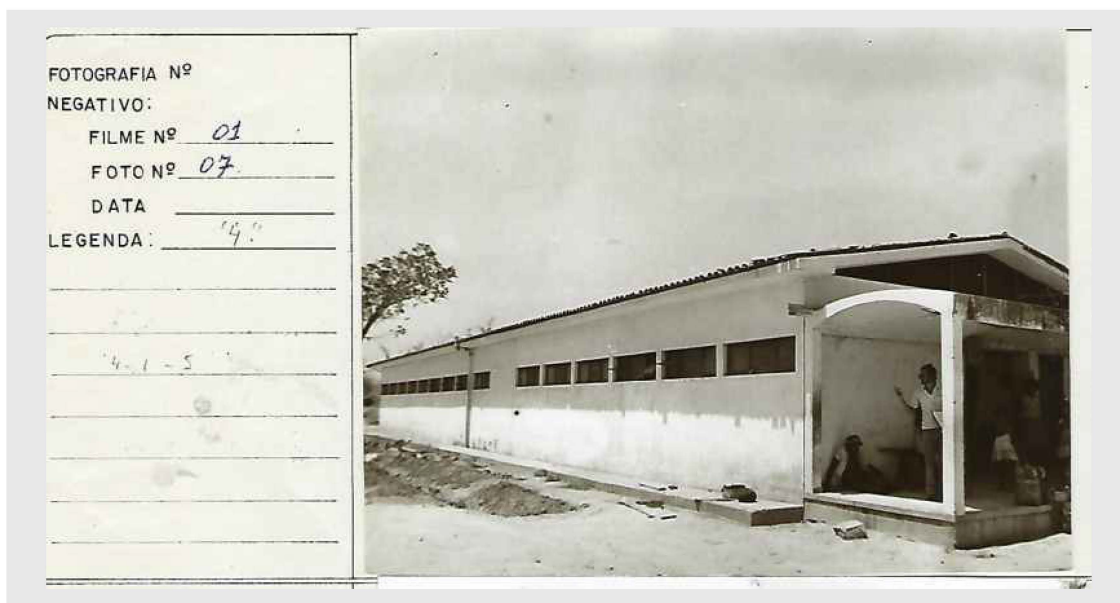


Imagem nº 23 – “Reservatório d’água” 22 – “Almoxarifado 1”

Fonte: Chesf [década de 1980]



#### Imagem nº24– Dependências

Fonte: Chesf [década de 1980]

Apesar da nitidez das imagens, as legendas encontram-se cifradas. Em todo caso inferimos que a imagem nº 22 talvez fosse uma espécie de almoxarifado, onde se poderia guardar ferramentas e outros utensílios do trabalho agrícola. Na imagem nº 23, aparece uma construção imponente, que, ao ser comparada com o poste de energia elétrica, imediatamente à sua esquerda, pode ser identificada como um mirante ou guarita de vigilância do recinto. Na imagem nº 24, por sua vez, vê-se o perfil de uma edificação de alvenaria, pintada de branco, com janelas laterais relativamente altas, talvez destinada aos presos.

Apesar de todo o investimento e estrutura levantada, conforme uma matéria publicada no Diário de Pernambuco, há aproximadamente um ano após sua inauguração, a PAS contava apenas com oito detentos e sessenta funcionários, que foram contratados sem licitação por se tratar de urgência na inauguração da penitenciária. Ao contrário do que se dizia a princípio, justificando inclusive o empreendimento, agora se alegava que a pouca incidência de apenados era devida à "população rarefeita" e o baixo índice de criminalidade. Dessa vez, a ironia esteve presente na reportagem, pois sugeriu-se que "para dar-lhe lotação de sua capacidade" se considerasse como presidiários todos os seus sessenta servidores, inclusos no crime de vadiagem, conforme estabelecia a legislação penal. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/05/1976, p. 2).

Ainda em 1976, tendo em vista a iminente inundação, fora ordenado a transferência dos poucos detentos da Penitenciária de Floresta para ir “[...] cumprir suas sentenças em Itamaracá ou Canhotinho” (DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 20/ 02/1976). Contudo, a remoção não foi tão imediata como se esperava, pois no ano de 1977, outra reportagem afirmava albergar a penitenciária quarenta indivíduos (DIARIO DE PERNAMBUCO, 13/02/1977, p. 82), ou seja, bem mais do que se contabilizou alguns meses antes. Mesmo assim, conforme se pode ver através do gráfico nº 1, o contingente de funcionários continuavam sendo a maioria dos habitantes da PAS.



Gráfico nº 1 Contingente populacional da penitenciária

Fonte: Elaboração própria / Diário de Pernambuco, 09/05/1976, p. 2; 13/02/1977, p. 82.

É importante salientar que a referida transferência dos presos da PAS para outras instituições prisionais não deixou de ser debatida na Assembleia Legislativa do Estado. O deputado florestano Vital Novaes chegou a argumentar que a barragem de Itaparica ainda demoraria alguns anos para ser preenchida, permitindo assim que a Penitenciária do Sertão seguisse rendendo frutos, já fosse em termos humanitários ou na autossustentabilidade com o trabalho penal dos detentos: “dedicação ao cultivo do solo, irrigando a terra e produzindo em abundância diversos gêneros alimentícios em como apresentando índices surpreendentes de produtividade.” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 02/06/1977, p. 2).



Imagem 25: Lucros auferidos por um detento

Fonte: Elaboração própria / Dados : Diário de Pernambuco e Assembleia Legislativa de Floresta

Na imagem nº 25, à direita, o brasão do município de Floresta. Nele se observa a representação de cebolas e seus ramos, demonstrando a importância do vegetal para a região. À esquerda, a reprodução de um trecho de uma matéria publicada no *Diário de Pernambuco*, ressaltando o lucro auferido por um apenado decorrente da produção de cebola. A notícia resgata um dos principais objetivos da laborterapia pensada para esse tipo de instituição, já que faria às vezes de antídoto contra a ociosidade, ao mesmo tempo que dotaria de recursos pecuniários os presos e o Estado.

Não obstante, a expectativa com a PAS e outras penitenciárias não correspondeu com a realidade. Uma década depois (veja-se a imagem nº 26), e quase quinze anos após o fechamento da Casa de Detenção do Recife, pontapé inicial da reestruturação do sistema prisional de Pernambuco, a superlotação carcerária continuava sendo a tônica.

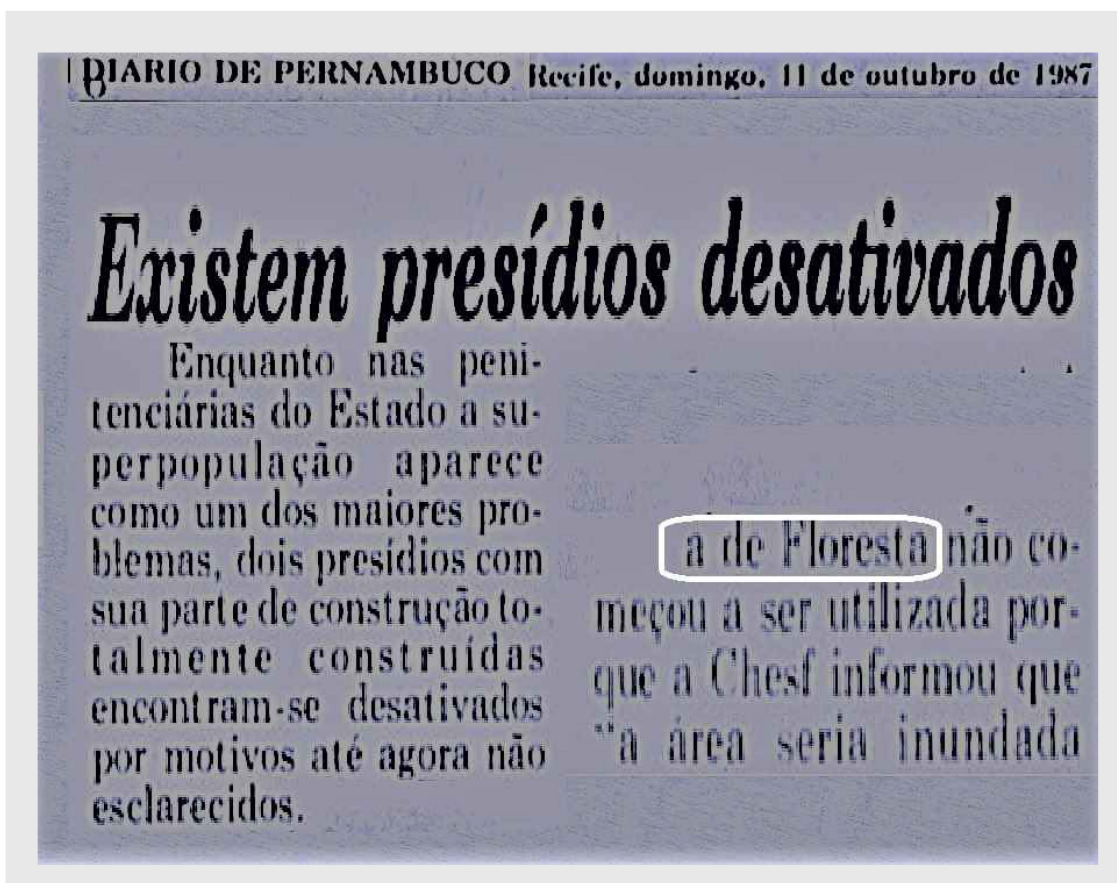


Imagem nº 26 – A inatividade da Penitenciária de Floresta

Fonte: Diário de Pernambuco, 11/10/1987, p. 5 (adaptado)

No sertão, a penitenciária de Floresta, criada para ser um modelo e “orgulho nacional”, operacionalmente foi subutilizada. Com mais funcionários do que presidiários, ainda assim funcionou penosamente por vários anos, quando, enfim, teria seu destino final: ficar submersa. Infere-se que todo o investimento, “[...] mais de Cr\$ 2 milhões, apenas com a construção do prédio, sem levar em consideração que soma igual ou maior foi empregada na aquisição do material [...]” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/06/1977, p. 2), além de sondagens, pregões e sacrifícios de trabalhadores diversos, ficaram sepultados debaixo d’água, em prol do projeto de Itaparica e quem sabe, de outros muitos interesses que devem ter atravessado o empreendimento.

**3**

# **POR ÁGUA ABAIXO**

### 3.1- Barragens: símbolos de imponência e desenvolvimentismo

Na ótica dos geógrafos Gilberto Giovannetti e Madalena Lacerda (1996, p. 18), barragem é um tipo de construção geralmente composta de pedra e concreto, destinada a represar águas. Tendo, tecnicamente, a finalidade principal de armazenar água para irrigação de plantações e prover o acionamento de dínamos das usinas hidrelétricas, por meio da energia hidráulica.

Durante o regime militar (1964-1984), uma quantidade significativa de barragens foi incorporada ao território brasileiro, contudo, é importante frisar que, desde a década de 1930, o Estado passou a normatizar a utilização dos recursos hídricos brasileiros, principalmente para fins energéticos. Em 1943, o Brasil deu início a um projeto de aproveitamento do potencial hídrico nacional visando uma política de eletrificação, conhecido como Plano Nacional de Eletrificação (PNE). Sob influência norte-americana, buscou-se um modelo de construção de barragens em torno do grande Rio São Francisco. A inspiração partiu do que aconteceu no Vale do Rio Tennessee, que chegou a ter 38 grandes barragens ligadas ao mesmo. (VIANA JÚNIOR, 2018, p. 16-17).

A escolha do rio São Francisco, portanto, não foi à toa, pois figura entre os maiores do mundo, também conhecido por “rio da integração nacional”, por ligar as regiões sudeste e nordeste por caminhos navegáveis. Nascendo na Serra da Canastra – MG o São Francisco ultrapassa quatro estados nordestinos, até “bater no meio do mar”, como relata o cançãoeiro popular.



Imagem nº 27: Imagem nº 27: Detalhe do trajeto do Rio São Francisco: do nascimento a foz

Fonte: IBGE, 2021. Adaptado

Para represar o "Velho Chico", diversas foram as barragens construídas em torno do São Francisco, entre as décadas de 1970 e 1980, como a de Sobradinho (BA), Moxotó (BA), Paulo Afonso IV (BA), Xingó (AL/SE) e Itaparica (PE). É possível termos uma ideia da dimensão da extensão de terras que ficaram submersas com essas barragens, pois somente com a de Itaparica, foram cerca de 834 km<sup>2</sup>, acarretando conseqüentemente o desaparecimento do mapa de duas cidades, Petrolândia e Itacuruba, e parcialmente a de Floresta.

Deve-se frisar que a justificativa governamental apresentada pela Chesf e a Codesvasf, para a construção das referidas barragens, foi a de que sendo o Vale do São Francisco uma área privilegiada em energia solar, seu entorno poderia se transformar no maior celeiro de produção alimentícia do Brasil: "[...] Com a exploração de novas fontes de energia e a conseqüente liberação das águas do São Francisco, poderão ser melhor aproveitados os 3 milhões de hectares irrigáveis ao longo do vale". (JORNAL DO BRASIL, 26/08/1976, p. 10).

A mídia, a exemplo da revista *O Cruzeiro*, salientava que a miséria do nordestino em muito se devia à seca, fenômeno não apenas natural, mas também decorrente de uma irrigação inóspita, pelo qual urgiam as providências. (*O CRUZEIRO*, 16/06/1970, p. 34). Essas reportagens, quase sempre com tons bastantes apelativos, lançavam mão de slogans e fotografias poderosas de pessoas com o semblante sofrido, tal como se pode ver nas imagens nº 28 e nº 29.

A primeira mostra, num primeiro plano, à direita, um senhor de barba branca, com um chapéu de palha desgastado em uma de suas extremidades, encarando a câmera com um olhar profundo. Outras duas pessoas (talvez um casal) também aparecem no mesmo registro. O homem também encara a câmera, enquanto a mulher olha levemente para o lado, ao que parece, em meio a uma multidão. Agora são os títulos que servem de autênticas legendas ou rótulos explicativos às imagens, como a que se lê em destaque e em negrito: "Nordeste: a sêca (sic)", e logo abaixo, como subtítulo: "O rosto marcado pela tragédia que impede o homem de viver".

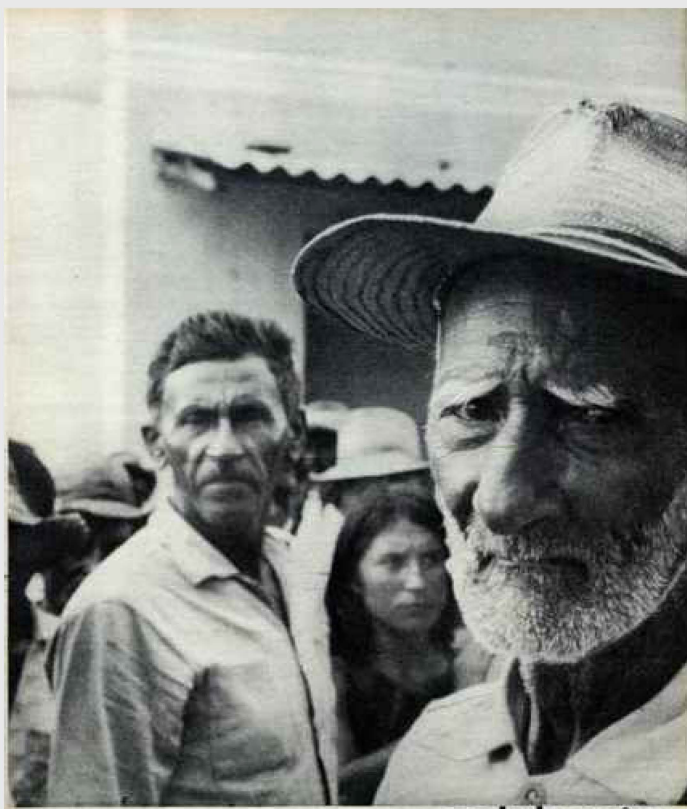


Imagem nº 28:  
Detalhe de rostos e  
semblantes de  
sofrimento.

Fonte: O  
CRUZEIRO,  
16/06/1970, p. 34

## **nordeste: a seca**

O rosto marcado pela tragédia  
que impede o homem de viver

Imagem nº 29:  
Detalhe das  
legendas  
sensacionalistas  
sobre a seca

Fonte: O  
CRUZEIRO,  
16/06/1970, p. 34

**RIO SÃO FRANCISCO**

Texto e foto de Luis Fernando Emedino

## **a miséria tem futuro ?**

Imagem nº 30: Especulações sobre o futuro da Região do São Francisco

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 26/08/1976, p. 10.



Imagem nº 31:  
"Profecia"

Fonte: JORNAL DO  
BRASIL, 26/08/1976,  
p. 10.

Em uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 26 de agosto de 1976, era apontado que se cumpridas determinadas metas, a "miséria", há tantos anos presente entre os sertanejos, abriria passo para um futuro promissor, em torno do Vale, o que incluiria a ampliação de empregos e a iluminação, por energia elétrica, de todo o sertão nordestino.

A revista *Manchete*, por sua vez, publicou no ano de 1974 várias reportagens que abordavam a atuação da Chesf, num esforço conjunto com a Sudene, para o "desenvolvimento" do Nordeste, frisando que a energia elétrica seria uma condição básica para o progresso da região (MANCHETE, 18/02/1974, p. 81). O referido periódico, não só ilustrava com palavras as tendências para um "futuro próspero", como construía percepções e imagens de um progresso que chegava com o maquinário, torres de alta tensão, cabeamento, tratores e afins. De forma que foi bastante comum a promoção desse tipo de reportagem-propaganda, como a que se referia aos materiais fornecidos pela Metalúrgica Forjasul, reproduzida mais adiante (MANCHETE, 23/03/1974, p. 116).



Imagem nº 32: A Chesf é representada como o motor de desenvolvimento do Nordeste

Fonte: MANCHETE (Especial), 1974, p. 134

A Chesf, em consonância com o governo federal, tinha a responsabilidade de transmitir para as concessionárias estatais energia de alta tensão. Diante do desafio, construía-se sobre ela uma ideia profundamente positiva, como se pode ver na imagem nº 32, em que a Chesf foi apresentada como a "Chave-Mestra do Desenvolvimento do Nordeste", em caixa alta e em negrito (MANCHETE [Especial], 1974, p. 134). Na fotomontagem a seguir (imagem nº 33) fica evidente o comprometimento da imprensa com o discurso governamental, lucrando de quebra com a divulgação empresarial



Imagem nº 33: A torres de condução elétrica, imagens do progresso

Fonte: MANCHETE, 18/02/1974, p. 81 ; MANCHETE, 23/03/1974, p. 116.

A propaganda desenvolvimentista irrompida e fomentada em torno das barragens e hidrelétricas, calcada num tom megalômano e ufanista, acabou por esconder o lado sombrio que essas transformações acarretavam, tanto para o patrimônio público, a exemplo do que ocorrera com a penitenciária de Floresta/PE, quanto para as próprias pessoas habitantes daqueles entornos, com o desolamento e a expulsão de muitos ribeirinhos.

O sentimento de pertença de muitos desses camponeses à terra pode ser observado na cidade de Glória-BA, inundada em virtude do alagamento da barragem de Moxotó. Na imagem nº 34, com o recuo das águas, podemos observar um descortinamento da antiga paisagem, incluindo a vegetação resistente e ruínas de algum local bem edificado, visto que partes altas de paredes conseguiam sustentar pessoas que subiam, talvez para melhor reconhecer entre os destroços algo que ainda pudessem recuperar. Pode-se perceber entre os escombros, crianças e adultos com o semblante marcado pelo desolamento.



Imagem nº 34: Ruínas da cidade de Glória (BA)

Fonte: MANCHETE, 07/02/1976, p.106.

## 3.2– Reações ao estabelecimento da Barragem de Itaparica

Dentre as barragens construídas no Nordeste, convém darmos destaque a de Itaparica, visto que suas águas foram responsáveis pela inundação parcial da cidade de Floresta-PE. Ressalte-se que as obras de Itaparica, como as demais, gozaram da cobertura da mídia, tal como se pode observar nas duas imagens abaixo. Na de nº 35, por exemplo, temos um plano do momento exato da explosão que desviaria o curso do Rio São Francisco. Enquanto na de nº 36 se vê as comportas dos vertedouros da hidrelétrica em construção.



Imagem nº 35: Detalhe de uma explosão por dinamite

Fonte: MANCHETE, 05/01/1985, p. 95



Imagem nº 36: Comportas do progresso

Fonte: MANCHETE, 05/01/1985, p. 95

As fotografias acima mostram dois aspectos da construção da Hidroelétrica de Itaparica: a explosão para o desvio do Rio São Francisco e as comportas dos vertedouros.

Apesar das matérias propagandísticas e do discurso de progresso, nem todo mundo acreditou em tudo o que se disse ou no que se via. A notícia da construção da barragem de Itaparica gerou tensão e preocupações por parte dos pequenos proprietários, sobretudo em relação à inundação e seus malefícios, como se observa claramente por meio dos versos de Fulgêncio Manoel da Silva. Antes de transcrevê-los a seguir, vale ressaltar que os versos integravam um folheto que narrava a luta entre trabalhadores rurais e a Chesf, publicados no Diário de Pernambuco em 28 de fevereiro de 1988.

## PENITENCIÁRIA ABERTA DO SERTÃO:

[...]

Quando começaram a crer  
que tudo ia inundar  
Homens, mulheres e crianças  
Começaram a reclamar  
Meu Deus como a vida vai ficar

[...]

O que nos preocupa  
É nosso reassentamento  
Pasto pra nossas cabras  
Capim para nossos jumentos

Sem terra pasto e capim acaba nosso sustento

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 28/02/1988, p. 26.

Fulgêncio era sindicalista e sua voz representava uma comunidade, a de Floresta, com aproximadamente 120 mil pessoas, diretamente atingida pela construção da barragem. Como se lê nos versos acima, o problema para essas pessoas não parecia ser tanto as obras e a inundação em si, mas o fato de não saberem para onde ir, ou seja, a incerteza do “reassentamento”. Fulgêncio ainda reunia todos aqueles que se sentiam prejudicados para explicar-lhes os seus direitos, como também formava comissões para se pensar alternativas aos impasses que naturalmente surgiam entre eles e a Chesf.

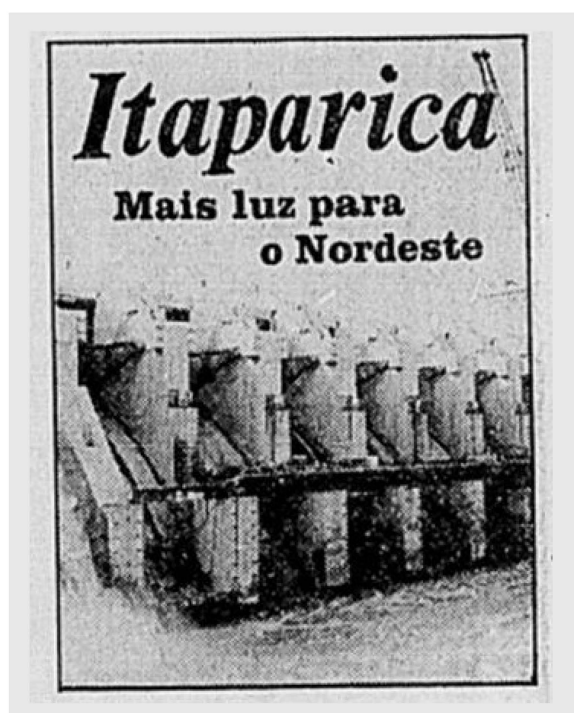


Imagem nº 37: Apesar da forte publicidade, as críticas apareciam entre as vozes do povo

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 31/05/1988, p. 17

A Imagem nº 37, mostra um pouco como a mídia retratava a barragem de Itaparica: uma grande potência na geração de energia.

## FULGÊNCIO, UM REPRESENTANTE DO POVO!

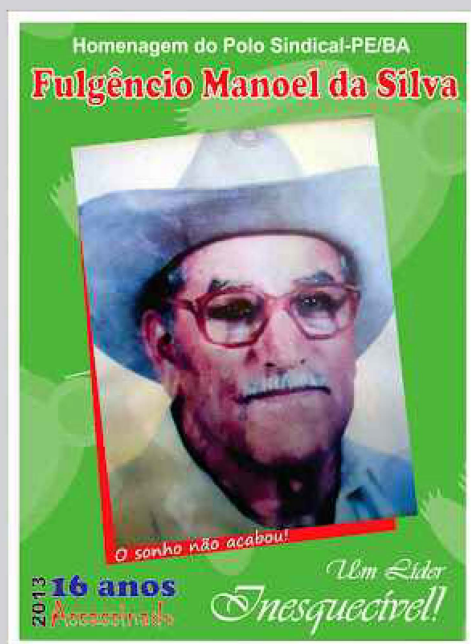


Imagem nº 38. Homenagem a Fulgêncio. Fonte: Polo Sindical do Submédio do São Francisco, 2013 [s.p.].

Fulgêncio Manoel da Silva (1936-1997), dedicou 27 anos de sua vida ao movimento sindical na região de Itaparica, Submédio São Francisco, construindo um legado inestimável de amizades e de conquistas sociais junto aos trabalhadores/as e suas organizações sindicais. Participou diretamente dos Sindicatos de Floresta (1970-1988) e Santa Maria da Boa Vista (1988), atuando como Coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB (1990-1993), e posteriormente integrando a direção do Polo Sindical (1998), dentre outras participações importantes. Sua luta em defesa dos direitos dos atingidos pela barragem de Itaparica e pela cidadania dos trabalhadores/as rurais foi reconhecida com a "Medalha Chico Mendes de Resistência 2000", criada em 1989, concedida todos os anos a dez personalidades ou instituições latino-americanas que tenham se destacado na luta pelos direitos humanos. Durante toda a sua trajetória como líder sindical, sempre agiu com simplicidade, humildade e dignidade, buscando conquistar através do diálogo os direitos do povo. Em memória dos 13 anos do brutal assassinato de Fulgêncio, o Polo Sindical dos/as Trabalhadores/as Rurais do Submédio São Francisco também prestou homenagem ao companheiro de lutas. (ARAÚJO, 2013, [s. p.]).

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape), por meio do seu presidente José Rodrigues, também apoiou os ribeirinhos, denunciando a Chesf por abuso, já que ela além de pagar indenizações muito baixas, estava transferindo-os para áreas muito próximas aos canteiros de obras, com o objetivo de utilizá-los como mão de obra barata. A Fetape insistia em que "o caso de sobradinho não pode repertir-se", em virtude de que durante a construção da barragem de nome homônimo, os agricultores foram retirados de suas terras e não tiveram alternativas senão contribuir com sua mão-de-obra, diga-se de passagem barata, para as empreiteiras da Chesf. (JORNAL DO BRASIL, 20/07/1979, p. 8).

O Governador de Pernambuco, Marco Maciel, mostrou-se preocupado com as consequências da invasão das águas que geraria as obras da barragem de Itaparica, logrando, junto a Arnaldo Barbalho, presidente da Chesf, providências para o realocamento das famílias prejudicadas (JORNAL DO BRASIL, 23/10/1979, p. 8).

No campo eclesiástico, vale ressaltar que várias lideranças também se levantaram contra as consequências humanas da barragem. Em Pernambuco, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, lançou em 1979 a "campanha da Igreja pela reforma agrária". O arcebispo ainda afirmou que "a Chesf vem dando sinais que vai proceder como antes como aconteceu em Sobradinho, em Moxotó, na de Paulo Afonso-4 e em Boa Esperança, não é fácil esperar". E concluiu dizendo que "a CHESF vem dando mostras que não ligará a mínima para os 120 mil habitantes da área da Barragem de Itaparica", referindo-se aos habitantes das cidades de Petrolândia, Floresta, Itacaruba, Belém do São Francisco (PE), Rodelas, Glória, Abará, Macuré, e Chorrochó (BA). (JORNAL DO BRASIL, 01/09/1979, p. 7).

### 3.3 – E as águas “aprisionaram” uma penitenciária

Segundo Marques (2018, p. 61), a barragem de Itaparica foi responsável pelo deslocamento de pelo menos 65.000 pessoas, entre as quais, indígenas, com muitas consequências negativas na vida dessas pessoas acostumadas com seu modo de viver simples, rodeados de familiares e amigos, na terra onde nasceram, cresceram, criaram suas famílias, plantaram seus alimentos e cuidaram de seus animais. Ali estava sua identidade, mas com o deslocamento compulsório:

Essas populações, como personagens principais dessas narrativas desenvolvimentistas, têm ficado fora dos anunciados projetos de desenvolvimento. As medidas compensatórias como a liberação de Verbas de Manutenção Temporária - VMT, pagamentos de indenizações de terras e outros bens, alocação das populações em projetos de reassentamentos rurais, construção de novas cidades, a exemplo de Remanso, Casa Nova, Sento Sé (sic), Pilão Arcado, Barra do Tarrachil, Glória, Petrolândia, entre outras, inundadas depois das construções das barragens de Sobradinho e Itaparica, não foram suficientes para gerar a tão prometida qualidade de vida para essas populações. (MARQUES, 2018, p. 59).

Segundo ainda esse autor, a construção da hidrelétrica de Itaparica (PE), iniciada em 1979 e iniciada operação em 1988, inundou uma área de 834 km<sup>2</sup>, atingindo 65 mil pessoas, das quais centenas de indígenas da etnia Tuxá. Atingiu diretamente quatro cidades pernambucanas (Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco) e seis baianas (Glória, Barra do Tarrachil, Rodelas, Chorrochó, Abaré e Curaçá).

Ao contrário do esperado pela população de Floresta, houve um aumento substancial da pobreza, que gerou fome e desajuste na vida da comunidade ribeirinha. Todos os impactos causados pelos barragens edificadas na região causaram grandes danos na vida daquelas pessoas. As perdas reclamadas por moradores ribeirinhos são também ligadas à memória. Suas casas, suas plantações, igrejas, escolas, cemitério e, conseqüentemente, a penitenciária, foram "aprisionados pelas águas de Itaparica".

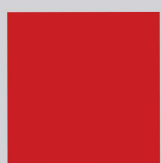
O projeto de obtenção de energia elétrica com as construções das barragens, tornou-se mais importante, na visão do governo do estado, que o esforço realizado em dotar o estado com mais um equipamento penitenciário, que também acabou literalmente debaixo d'água. Se o objetivo do governo era trazer para mais perto das famílias os condenados sertanejos, tal diretriz não teve vida longa. Em nome do progresso, tanto os ribeirinhos quanto os presos se viram preteridos e numa situação

ainda mais difícil se pensarmos nos desalojos, transferências forçadas, perdas de locais de referência, pessoas, etc.

Com a transferência, outros problemas também foram gerados, agravando ainda mais o quadro que por si só já era difícil para aquela parcela da população. Na PAS, por exemplo, os presos podiam trabalhar em atividades agrícolas e na criação de animais, gerando renda para o sustento de suas famílias, mas com a transferência, também o trabalho desses indivíduos fora comprometido.

Por fim, a luta em Floresta foi grande. A população que não queria se mudar, acabou se vendo obrigada a isso. Para a Chesf, seus representantes e governantes envolvidos, tudo se justificava pela quantidade de "Quilowatts" a ser produzido, outro sinônimo moderno para o conceito de progresso. É curioso observar que lugares de memória infame, como os cárceres, durante o século XX, normalmente acabavam implodidos quando descartados, mas a PAS, contruída entre 1972 e 1975, ganhou outro fim... ela também desapareceu, sepultada sob as águas de Itaparica.





# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compor esta cartilha realizamos uma pesquisa multidisciplinar buscando realizar um diálogo entre as fontes primárias, historiografia e teóricos para analisarmos os motivos que levaram à construção de novos equipamentos prisionais no interior de Pernambuco, dentre os quais se encontrava a Primeira Penitenciária Aberta do Brasil, criada em Floresta. Foi possível perceber o interesse governamental quanto à organização do sistema penitenciário e a desconcentração de condenados que por longos anos acabavam cumprindo suas penas na capital, não importando suas origens ou local de cometimento dos delitos. Outros interesses, talvez ainda maiores, obstruíram em parte a consecução dos fins idealizados para o modelo de penitenciária aberta.

O que surpreendeu nesse processo de modernização penitenciária foi o destino dado ao pouco tempo de sua construção ao referido estabelecimento de Floresta. Com apenas dois anos de funcionamento, o “cárcere modelo” teve que ser desativado completamente para dar lugar às águas da barragem de Itaparica.

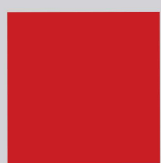
Embora não tivesse sido originalmente nosso foco de análise, vale ressaltar que as ações governamentais tiveram um impacto negativo para a população de Floresta, pois geraram um aumento substancial da pobreza, fome e desajustes na vida da comunidade ribeirinha. Sabe-se que a construção de barragens no Rio São Francisco teve início em 1911, em Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Xingó. A barragem de Itaparica, precisamente, principiou em 1979, e atingiu 65.000 pessoas, numa área de 834 km<sup>2</sup>, afetando inclusive a 669 índios da etnia Tuxá, quando a área fora inundada em 1988. (MARQUES, 2018, p. 65).

Todos os impactos causados pelas barragens da região causaram grandes danos às vidas de pessoas. As perdas reclamadas por moradores ribeirinhos são também de ordem afetiva, ligada à memória. Como se disse, suas casas, plantações, igrejas, escolas, cemitério e, conseqüentemente, a penitenciária foram “aprisionados pelas águas de Itaparica”. Esclareça-se, não obstante, que em Floresta, apenas uma parte do território ficou sob as águas, e sua população, realocada em agrovilas irrigadas.

O idealizado para melhorar a vida da população acabou trazendo transtornos irreparáveis, começando pela referida realocação de pessoas nas agrovilas, dependência de irrigação, mas também de fertilização em vista da aridez e improdutividade da terra, além de ter de recomeçar tudo de zero. Para os apenados, o que talvez tivesse suposto um novo conceito de cumprimento de pena, ou, ao

menos, uma oportunidade de um encarceramento menos massificado, finalizou-se repentinamente, frustrando qualquer possível expectativa que se tenha tido em relação à PAS, como ocorrera anos antes com a Casa de Detenção do Recife, os presos tiveram que ser redistribuídos e levados para outras localidades e estabelecimentos.

O caso analisado é significativo porque revela a perda e não a obtenção de ganhos por parte de nenhum dos grupos atingidos pelas águas. Tanto as supostas benfeitorias que viriam com a implementação da PAS, largamente utilizadas como justificadoras do empreendimento penitenciário no sertão, quanto as promessas feitas aos ribeirinhos, ficaram literalmente submersas. A CHESF ainda levaria anos para concluir grande parte das barragens e cumprir o plano de indenizações dos ribeirinhos. E os presos ficaram privados novamente de experimentarem um modelo mais aberto e não o modelo tradicional, fechado. como até então caracterizava as prisões brasileiras.



# **GLOSSÁRIO**

## GLOSSÁRIO

**Barragem** - estrutura projetada por engenheiros, utilizada como reservatório para contenção e acumulação de substâncias líquidas.

**Caatinga** -bioma exclusivamente brasileiro, ocupando, aproximadamente, uma área de 734.478 km<sup>2</sup>, que corresponde a cerca de 70% da Região Nordeste e 11% do território nacional. O nome "Caatinga" possui origem tupi-guarani e significa "floresta branca". Essa denominação representa as características da vegetação desse ecossistema, cujas folhas caem no período da seca."

**Comportas** : dispositivos concebidos para permitir o fluxo controlado de água a partir de vários tipos de sistemas hídricos.

**Dação em pagamento** - um acordo entre as partes de um contrato em que o credor ou o expropriado concorda em receber como pagamento algo diferente do que lhe é devido. Sendo possível substituir o dinheiro por outro bem móvel ou imóvel.

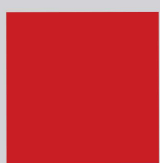
**Desapropriação:** A desapropriação é um procedimento administrativo pelo qual o poder público, mediante prévia declaração de necessidade, utilidade ou interesse público, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o por indenização.

**Mesorregião-** é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais.

**Microrregião** \_ Agrupamento de municípios limítrofes.

**Tamarindo** - O tamarindo é uma fruta tropical caracterizada pelo seu sabor ácido.

**Tuxá** - O povo indígena que vive principalmente na cidade de Rodelas (BA).



# REFERÊNCIAS

## REFERÊNCIAS

a) Sites, blogs e afins:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE FLORESTA. Disponível em: [https://www.floresta.pe.leg.br/FlorestaPE\\_Brasao.png/view](https://www.floresta.pe.leg.br/FlorestaPE_Brasao.png/view). Acesso em: 18 mai. 2022.

CODEVASF. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/>. Acesso em: 13 out. 2021.

IBGE. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18305-rios-do-brasil.html>. Acesso em: 06 set. 2021.

POLO SINDICAL DOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS PE/BA. [2013] Disponível em: <https://polosindicalsubmediosaofrancisco.blogspot.com/2013/10/homenagem-do-polo-sindical-peba.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

PREFEITURA DE FLORESTA. Disponível em: <https://floresta.pe.gov.br/>. Acesso em: 13 out. 2021.

a) Jornais

DIARIO DE PERNAMBUCO, 13/05/1970, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_15&pasta=ano%20197&pesq=%22Cub%C3%ADculos%22&pagfis=4005](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=%22Cub%C3%ADculos%22&pagfis=4005) Acesso em: 22 jul. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 28/09/1971, p. 12. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&Pesq=%22Regulamento%20Penitenci%C3%A1rio%20de%20Pernambuco%20%22&pagfis=19872](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22Regulamento%20Penitenci%C3%A1rio%20de%20Pernambuco%20%22&pagfis=19872). Acesso em: 22 jul. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 28/09/1972, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&pesq=penitenci%C3%A1ria%20floresta&pasta=ano%20197&pagfis=32880](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=penitenci%C3%A1ria%20floresta&pasta=ano%20197&pagfis=32880). Acesso em: 11 ago. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 16/03/1973, p. 6. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_15&pasta=ano%20197&pesq=%22Regulamento%20Penitenci%C3%A1rio%20de%20Pernambuco%20%22&pagfis=19872](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=%22Regulamento%20Penitenci%C3%A1rio%20de%20Pernambuco%20%22&pagfis=19872). Acesso em: 11 ago. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 19/08/1973, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&pagfis=46198](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pagfis=46198). Acesso em 20 ago. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 09/10/1977, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&pagfis=107167](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pagfis=107167). Acesso em: 22 jul. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 28/02/1988, p. 26. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_16&pasta=ano%20198&pesq=barragem%20de%20itaparica&pagfis=131883](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=barragem%20de%20itaparica&pagfis=131883). Acesso em 10 out. 2021.

JORNAL DO BRASIL, 23/08/1973, p. 20. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20Aberta%20do%20%20Sert%C3%A3o%20Pernambuco&pagfis=90356](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20Aberta%20do%20%20Sert%C3%A3o%20Pernambuco&pagfis=90356). Acesso em: 28 abr. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 08/10/1972, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20sert%C3%A3o%20floresta&pagfis=33353](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20sert%C3%A3o%20floresta&pagfis=33353). Acesso em: 06 fev. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/03/1975, p. 12. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20sert%C3%A3o%20floresta&pagfis=67693](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20sert%C3%A3o%20floresta&pagfis=67693). Acesso em: 07 fev. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/03/1975, p. 3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20). Acesso em: 07 fev. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/11/1974, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20sert%C3%A3o%20floresta&pagfis=63201](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20sert%C3%A3o%20floresta&pagfis=63201). Acesso em: 06 fev. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 14/08/1973, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20sert%C3%A3o%20floresta&pagfis=46010](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20sert%C3%A3o%20floresta&pagfis=46010). Acesso em: 06 fev. 2021.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 09/05/1976, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&pesq=%22penitenci%C3%A1ria%20de%20floresta%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=84269](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22penitenci%C3%A1ria%20de%20floresta%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=84269). Acesso em: 10 mai. 2022.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 13/02/1977, p. 82. Disponível em [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&Pesq=Penitenci%C3%A1ria%20do%20sert%C3%A3o&pagfis=96571](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=Penitenci%C3%A1ria%20do%20sert%C3%A3o&pagfis=96571). Acesso em: 15 mai 2022.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 02/06/1977, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20sert%C3%A3o%20floresta&pagfis=101334](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=penitenci%C3%A1ria%20aberta%20do%20sert%C3%A3o%20floresta&pagfis=101334). Acesso em: 15 mai 2022.

JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pesq=penitenci%C3%A1ria%20Aberta%20de%20Floresta%20Sert%C3%A3o%20Pernambuco&pasta=ano%20197&pagfis=51019](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=penitenci%C3%A1ria%20Aberta%20de%20Floresta%20Sert%C3%A3o%20Pernambuco&pasta=ano%20197&pagfis=51019). Acesso em: 08 fev. 2021.

JORNAL DO BRASIL, 26/08/1976, p. 10. Disponível e m : [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano%20197&pesq=a%20mis%C3%A9ria%20tem%20futuro?&pagfis=146311](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=a%20mis%C3%A9ria%20tem%20futuro?&pagfis=146311). Acesso em: 14 fev. 2021.

JORNAL DO BRASIL, 01/09/1979, p. 7. Primeiro caderno. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&Pesq=barragem%20de%20itaparica&pagfis=204539](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=barragem%20de%20itaparica&pagfis=204539). Acesso em: 10 out. 2021.

JORNAL DO BRASIL, 20/07/1979, p. 8. Primeiro caderno. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&Pesq=barragem%20de%20itaparica&pagfis=202322](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=barragem%20de%20itaparica&pagfis=202322). Acesso em: 15 fev. 2021.

JORNAL DO BRASIL, 31/07/1981, p. 14. Suplemento. Disponível e m : [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_10&Pesq=inaugura%C3](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=inaugura%C3)

[%A7%C3%A3o%20barragem%20de%20itaparica&pagfis=27940](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=inaugura%C3%A7%C3%A3o%20barragem%20de%20itaparica&pagfis=27940). Acesso em: 15 fev. 2021.

DIARIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 20/02/1976. – APEJE.

## b) Revistas

MANCHETE, 18/02/1974, p. 81. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=chesf&pagfis=140737>. Acesso em: 11 out. 2021.

MANCHETE, 23/03/1974, p. 116. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=chesf&pagfis=141439>. Acesso em: 11 out. 2021.

MANCHETE (Especial) p. 134. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=chesf&pagfis=148017>. Acesso em: 11 out. 2021.

MANCHETE, 07/02/1976, p. 106. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=chesf&pagfis=157077>. Acesso em: 11 out. 2021.

MANCHETE, 05/01/1985, p. 95. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=chesf&pagfis=229696>. Acesso em: 11 out. 2021.

O CRUZEIRO, 16/06/1970, p. 34. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20197&pesq=chesf&pagfis=173684>. 12 fev. 2021.

O CRUZEIRO, 15/11/1972, p. 50. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20197&pesq=15%20de%20novembro%20de%201972&pagfis=186605>. Acesso em 26 jul. 2021.

## c) Iconografia

Imagem nº 1 - Celas - "cubículos". Fonte: Marcelo Barreto, 2022.

Imagem nº 2 – "Laborterapia". Fonte: Marcelo Barreto, 2022.

Imagem nº 3- Sistema Penitenciário na imprensa. Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 28/09/1971, p. 12.

Imagem nº 4: Detalhe de notícias sobre as alterações na legislação penal

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 23/08/1973, p. 20.

Figura nº 5 – Detalhe da fachada da Casa de Detenção no início do século XX.  
Fonte: Villa Digital / FUNDAJ, 2020.

Imagem nº 6- Expansão penitenciária no agreste. Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 19/08/1973, p. 32.

Imagem nº 7: Localização do Município de Floresta. Fonte: Loureiro, G.H. et al, 2016, p. 865. Adaptado.

Imagem nº 8 : Mapa da Mesorregião do São Francisco Pernambucano / Microrregião de Itaparica (Detalhe) . Fonte: CONDEPE/ IBGE, 1996. In: Andrade, 2003, p. 15. Adaptado.

Imagem nº 9: Representação parcial do município (1905). Fonte: Desenho de Leonardo Gominho, 1988. In : Ferraz, 1999, p. 56.

Imagem nº 10: Vista parcial do município (1925). Fonte: Domínio público. In: Mendes, 2022, [s.p.].

Imagem nº 11: Vista atual do prédio que albergou o Batalhão da Força pública. Fonte: Prefeitura Municipal de Floresta / Acervo do Portal de Turismo e Cultura, 2022.

Imagem nº 12: As notícias enfatizavam o município de Floresta na vanguarda prisional. Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 08/10/1972, p. 1.

Imagem nº 13: Detalhe da reportagem sobre a inauguração da PAS. Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/03/1975, p. 12, adaptado.

Imagem nº 14: Médici sendo agraciado por Lucena. Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/03/1975, p. 5.

Imagem nº 15: Detalhe da matéria publicada pelo Jornal do Brasil em 1975. Fonte: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32.

Imagem nº 16: Vista aérea da PAS. Fonte: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32.

Imagem nº 17: Detalhe da fachada da PAS. Fonte: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32.

Imagem nº 18: Detalhe dos corredores e quartos da PAS. Fonte: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32.

Imagem nº 19: Destaque dado pelo periódico à opinião de um ex-delegado do município de Floresta acerca do modelo de penitenciária aberta. Fonte: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32.

Imagem nº 20 – Planta de Situação das propriedades rurais do projeto Itaparica Penitenciária do Sertão (destaque) Fonte: Chesf (s/d), (adaptado).

Imagem nº 21 – Trechos de Escritura Pública de desapropriação da Penitenciária. Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1999 / Acervo da Chesf, 2022. (adaptado).

Imagem nº 22 – “Almoxarifado 1” Fonte: Chesf [década de 1980].

Imagem nº 23 – “Reservatório d’água Fonte: Chesf [década de 1980].

Imagem nº 24 – Dependências. Fonte: Chesf [década de 1980].

Imagem nº 25: Lucros auferidos por um detento. Fonte: Elaboração própria / Dados: DIARIO DE PERNAMBUCO e Assembleia Legislativa de Floresta.

Imagem nº 26 – A inatividade da Penitenciária de Floresta. Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/10/1987 , p. 5 (adaptado).

Imagem nº 27: Detalhe do trajeto do Rio São Francisco: do nascimento à foz. Fonte: IBGE, 2021. Adaptado.

Imagem nº 28: Detalhe de rostos e semblantes de sofrimento. Fonte: O CRUZEIRO, 16/06/1970, p. 34.

Imagem nº 29: Detalhe das legendas sensacionalistas sobre a seca. Fonte: O CRUZEIRO, 16/06/1970, p. 34.

Imagem nº 30: Especulações sobre o futuro da Região do São Francisco. Fonte: JORNAL DO BRASIL, 26/08/1976, p. 10.

Imagem nº 31: “Profecia” Fonte: JORNAL DO BRASIL, 26/08/1976, p. 10.

Imagem nº 32: A Chesf é representada como o motor de desenvolvimento do Nordeste. Fonte: MANCHETE (Especial), 1974, p. 134.

Imagem nº 33: A torres de condução elétrica, imagens do progresso. Fonte: MANCHETE, 18/02/1974, p. 81 ; MANCHETE, 23/03/1974, p. 116.

Imagem nº 34: Ruínas da cidade de Glória (BA). Fonte: MANCHETE, 07/02/1976, p.106.

Imagem nº 35: Detalhe de uma explosão por dinamite. Fonte: MANCHETE, 05/01/1985, p. 95.

Imagem nº 36: Comportas do progresso. Fonte: MANCHETE, 05/01/1985, p. 95.

Imagem nº 37: Apesar da forte publicidade, as críticas apareciam entre as vozes do omportas do progresso. Fonte: Fonte: JORNAL DO BRASIL, 31/05/1988, p. 17.

- Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de. As raízes do separatismo no Brasil. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. Atlas escolar de Pernambuco: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: 2003.

ANDRADE, Manuel Correia. Prefácio. In: FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. História Municipal de Floresta - os vales, o povo, a evolução sociocultural e econômica. Floresta- PE: FIDEM/ Prefeitura Municipal de Floresta, 1999.

ARAÚJO, Josiel. Polo Sindical-PE/BA homenageia Fulgêncio Manoel da Silva: Um líder inesquecível! 24 out. 2013. Disponível em: <https://polosindicalsubmediosaofrancisco.blogspot.com/2013/10/homenagem-do-polo-sindical-peba.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. Circular nº 3.348, de 3 de maio de 2007. Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMC CI). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 85, p. 32, 4 maio 2007.

CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como foi: memórias políticas. Recife: Editora Guararapes LTDA, 1980.

CESAR, Tiago da Silva. As oficinas e o trabalho penal dos condenados da Casa de Correção de Porto Alegre (1895-1930). Tempo, Niterói, v. 27, set/dez 2021<sup>a</sup>, p. 501-599. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2021v2702>. Acesso em: 18 jan 2022.

CESAR, Tiago da Silva. Trabalho, lucro e regeneração na Casa de Correção de Porto Alegre durante a República Velha. Millars. Espai i Història, Castelló de la Plana, Espanya, v. Ll, n. 1, dez. 2021b, p. 135-177. 2021b. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8277810>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CHESF. Projeto Itaparica. Anexo de fotos. 1 doc, digitalizado. Acervo da CHESF, 2022.

FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. História Municipal de Floresta - os vales, o povo, a evolução sociocultural e econômica. Floresta- PE: FIDEM/ Prefeitura Municipal de Floresta, 1999.

GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena. Dicionário de Geografia. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Comarca de Petrolândia. Escritura Pública de desapropriação da Penitenciária de Floresta, de 17 de janeiro de 1999. Livro n. 48, folhas 1100-117. 1 doc, digitalizado. Acervo da CHESF, 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Decreto - lei nº 299, de 19 de maio de 1970. Organiza o Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=8427>. Acesso em: 11 mai. 2021.

GUEDES, Luciana Caravelas Cesar. A imagem do Nordeste no jornalismo brasileiro no contexto dos anos 70 e 80 através de fotografias e textos do Jornal do Brasil. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/browse?type=author&sort\\_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&value=GUEDES%2C+Luciana+Caravelas+Cesar&starts\\_with=D](https://repositorio.ufpe.br/browse?type=author&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&value=GUEDES%2C+Luciana+Caravelas+Cesar&starts_with=D). Acesso em: 08 fev. 2020.

IBGE. Floresta. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/floresta/historico>. Acesso em: 25 abr. 2022.

JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32 – caderno B. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano%20197&pesq=%22penitenci%C3%A1ria%20do%20sert%C3%A3o%22&pagfis=51019](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22penitenci%C3%A1ria%20do%20sert%C3%A3o%22&pagfis=51019). Acesso em: 08 fev. 2021.

LINS, Letícia. Penitenciária do Sertão: a sentença cumprida em espaço aberto. In: JORNAL DO BRASIL, 13/03/1975, p. 32 – Caderno B. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano%20197&pesq=%22penitenci%C3%A1ria%20do%20sert%C3%A3o%22&pagfis=51019](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22penitenci%C3%A1ria%20do%20sert%C3%A3o%22&pagfis=51019). Acesso em: 08 fev. 2021.

LOUREIRO, G.H. et al. Modelagem da distribuição diamétrica de espécies lenhosas da caatinga, semiárido pernambucano. Ciência Florestal, Santa Maria, v. 26, n. 3, p. 863 - 874, jul. - set., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cflo/a/6zv5MXbn3ChxFLF5PCtm9KL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MARQUES, Juracy. Barramentos do São Francisco. In: MEZEZES, Luciano; MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo. Barrando as Barragens: o início do fim das hidrelétricas. 2ª ed.: UEA, Manaus: Edições/PNCSA, 2018.

MENDES, Iba. Fotos antigas de cidades do Pernambuco – XXIX. Disponível em: [http://www.ibamendes.com/2012/04/fotos-antigas-de-cidades-do-pernambuco\\_6613.html](http://www.ibamendes.com/2012/04/fotos-antigas-de-cidades-do-pernambuco_6613.html). Acesso em: 25 abr. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. Batalhão da Força Pública de Floresta. Disponível em: <http://culturaeturismo.floresta.pe.gov.br/index.php/curiando-floresta/16-batalhao> Acesso em: 10 mai. 2022.

REZENDE, Antonio Paulo. O Recife histórias de uma cidade. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife: 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Josevane Francisco da. Da Casa de Detenção à Casa da Cultura de Pernambuco (1963-1982) . 2020. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2020. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1313>. Acesso em 26 jul. 2021.

SILVA, Maria Raíza Vicente da. A vitivinicultura e o enoturismo no Vale do Submédio São Francisco. (Dissertação). Programa de Pós graduação em Administração da UFRPE. Disponível em: <http://www.padr.ufrpe.br/sites/default/files/testes-dissertacoes/DISSERTACAO.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

VELOSO, Fernando; VILELLA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. RBE. Rio de Janeiro v. 62 n. 2 / p. 221–246 Abr-Jun 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyfKdd893mk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 jun. 2021.

VIANA JÚNIOR, Aurélio. Grandes Projetos e modernização compulsória no rio São Francisco. In: MEZEZES, Luciano; MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo. Barrando as Barragens: o início do fim das hidrelétricas. 2ª ed.: UEA, Manaus: Edições/PNCSA, 2018.